

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

CLEIGINALDO PEREIRA DOS SANTOS

COMANDO DE LUTA E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL
EM GOIÂNIA (2010-2014)

Goiânia
2017

CLEIGINALDO PEREIRA DOS SANTOS

**COMANDO DE LUTA E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL
EM GOIÂNIA (2010-2014)**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Professora Dr^a Maria Espírito Santo R. Cavalcante Ribeiro.

Goiânia

2017

Catálogo da Publicação

S237c Santos, Cleiginaldo Pereira dos.
Comando de Luta e a Educação Municipal em Goiânia
(2010-2014) [manuscrito] / Cleiginaldo Pereira dos Santos --2017

97 f. : il. 30 cm.

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História,
Goiânia, 2017.

Inclui referências f. 78-79

1. Sindicatos. 2. Movimentos autônomos. 3. Greve. 4. Educação
I. Ribeiro, Maria Espírito Santo R. Cavalcante. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 331.105.44(81)

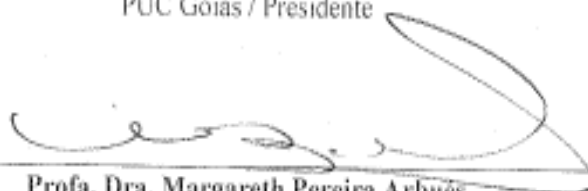
COMANDO DE LUTA E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM GOIÂNIA (2010-2014)

Dissertação aprovada em 27 de junho de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
PUC Goiás / Presidente



Profa. Dra. Margareth Pereira Arbués
UFG / Examinadora Externa



Prof. Dr. Edmilson Ferreira Marques
UEG / Examinador Externo

Profa. Dra. Maria José Pereira Rocha
PUC Goiás / Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha Professora orientadora Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro pela confiança e compreensão nos momentos de dificuldades, que não foram poucos, mas que juntos superamos e chegamos ao final de mais uma jornada acadêmica, árdua jornada para um operário da educação.

Agradeço ao Professor Dr. Edmilson Ferreira Marques pelas pertinentes contribuições que possibilitaram a escrita desta Tese Acadêmica.

Agradecimentos também à Professora Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, pelas suas cordiais contribuições.

À professora Dra. Margareth Pereira Arbués pela receptividade, cordialidade, disponibilidade e contribuições ao final deste trabalho.

Agradeço à minha mãe Rita Pereira, analfabeta, mas que desde cedo em casa nos ensinou a persistir, resistir e lutar para não perecer na “pobreza e ignorância das letras”.

Agradeço, ainda, aos companheiros Marcos Ataídes e Renato Coelho que contribuíram com este trabalho – dois professores operários da educação que se fazem sempre presentes nos movimentos de rua, e que muito contribuíram com o Comando de Luta.

Agradeço por fim a minha família, Rosângela Ferreira Braga, Daniela Braga Santos, Letícia Braga Santos e Ullisses Braga Santos que contribuíram, cada um ao seu modo, com a finalização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Saudações libertárias aos companheiros José Santana da Silva, aguerrido em defesa da Educação Pública de Qualidade; ao “Gringo”, refugiado da Segunda Guerra Mundial que nos incentivou, desde criança, às leituras de jornais e revistas que chegavam naquele longínquo interior e a todos os companheiros que vivenciaram, organizaram e lutaram nas greves e protestos de rua nos anos de 2010 – 2014.

Saudações também libertárias ao negro Osvaldão, líder guerrilheiro assassinado na guerrilha do Araguaia e a todos aqueles que juntos com ele tombaram, aos que foram presos, torturados, assassinados pela Ditadura militar, saudações.

Saudações libertárias, ainda, a todos os injustiçados, humilhados e ofendidos que em seu anonimato nunca se curvaram frente à imposição autoritária do Grande Capital, aos que lutaram e aos que continuam lutando em busca de um melhor porvir. Saudações!

" Não obstante a consciência social não é simplesmente trocar as ideias dominantes por outras ideias, já que estas são frutos das relações materiais dominantes, e não apenas ideias. Há que transformar o próprio mundo material e suas relações para que se produzam novas concepções de mundo que deem origem a outros conceitos."

M. R. Almeida

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar o Movimento Comando de Luta e sua atuação na Rede Pública de Educação municipal de Goiânia. Uma análise acerca da organização do Comando de Luta, seus enfrentamentos com o sindicato SINTEGO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás) assim como os enfrentamentos com o Poder Público Municipal, a negação da representação sindical, suas estratégias de luta e a sua dispersão entre os anos de 2013 e 2014. A perspectiva de análise se baseia no materialismo histórico dialético. As movimentações sociais ocorridas entre os anos de 2010 e 2014 evidenciaram novos elementos no cenário político tanto nacional quanto internacional, e buscaram novas formas de organizações políticas nos enfrentamentos com governantes e suas políticas de austeridades. O Comando de luta surgiu em meio a essas novas tentativas de organizações, lutando contra a precarização das condições de trabalho docente e administrativas. O seu modo de organização e solidariedade na categoria permaneceu até sua dispersão a partir do ano de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicatos. Movimentos autônomos . Greves. Educação.

ABSTRACT

This research has the objective of analyzing the Fight Command Movement and its performance in the Public Education Network of Goiânia. An analysis of the organization of the Fight Command, its confrontations with the SINTEGO (Union of Workers in Education of the State of Goiás) as well as the clashes with the Municipal Public Power, the denial of union representation, its strategies of struggle and its dispersion between the years of 2013 and 2014. The perspective of analysis is based on dialectical historical materialism. The social movements that took place between the years 2010 and 2014 revealed new elements in the national and international political scene, and sought new forms of political organizations in confrontations with rulers and their austerity policies. The Fighting Command came in the midst of these new attempts by organizations, struggling against the precariousness of teaching and administrative working conditions. Its mode of organization and solidarity in the category remained until its dispersion from the year 2013.

KEYWORDS: Unions. Autonomous movements. Strikes. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - OS SINDICATOS E SUAS RELAÇÕES COM A BUROCRACIA DO ESTADO	14
1.1 - O SINDICALISMO NO BRASIL E A SUA REORGANIZAÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1980	22
1.2 - OS SINDICATOS NO BRASIL E A LUTA CONTRA O REGIME MILITAR (1964 – 1985).....	29
1.3 - OS SINDICATOS NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	36
CAPÍTULO II - O COMANDO DE LUTA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GOIÂNIA (2010 – 2014)	42
2.1- MOVIMENTO AUTO-ORGANIZADO – O COMANDO DE GREVE	50
2.2 - O COMANDO DE LUTA AUTO ORGANIZADO PELOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO: O SURGIMENTO DE UM NOVO SINDICATO.....	56
CAPÍTULO III - O CONTEXTO HISTÓRICO DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010–2014 QUE INFLUENCIARAM POLITICAMENTE O COMANDO DE LUTA	63
3.1 - OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE RUA – COMANDO DE LUTA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXO I	80
ANEXO II	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem por objeto um estudo sobre o movimento Comando de Luta e sua atuação na Rede Pública Municipal de Educação em Goiânia, no período compreendido entre os anos de 2010-2014. O Comando de Luta foi um movimento auto-organizado, articulado por professores, professoras, funcionários e funcionárias administrativas da Rede Pública Municipal de Educação de Goiânia, com o objetivo de se constituir num espaço político no qual trabalhadores e trabalhadoras da educação pudessem ter uma ativa participação política, sendo cada um sujeito da sua própria História. De fato, assumir a representatividade política de si mesmo é romper com um longo processo educativo sindical, que em muito contribuiu para a formação de uma direção sindical, que costumeiramente se encastela no poder e não busca nenhuma transformação social por se tornar, enquanto sindicato, numa instituição tutelada pelo Estado. Uma das características deste movimento denominado Comando de Luta foi a superação política da representatividade sindical e partidária da categoria, buscando outras formas alternativas de organização, nas quais trabalhadoras e trabalhadores tivessem participação direta nas tomadas de decisões e demais ações frente as negociações com o poder público municipal. O Comando de Luta estabeleceu ações, táticas e estratégias que se diferenciavam em muito das práticas sindicais atreladas aos interesses partidários e por vezes contrários aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

A ruptura entre o Comando de Luta (estabelecido a partir da insatisfação de um grande grupo dos Profissionais da Educação Municipal) e Sintego (Sindicato Dos Trabalhadores em Educação de Goiás) se inicia em 2010 com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras em um Comando de Greve. Posteriormente esse movimento se desdobra no que hoje conhecemos como Comando de Luta. Essa ação ousada e inesperada foi o marco inicial de uma nova força política que se tornou conhecida pela ousadia de suas ações, pela capacidade de contraposição ao discurso sindical, por estabelecer situações de pressões políticas sobre o poder público municipal e por criar uma imensa rede de solidariedade entre os profissionais de educação em toda Rede Pública Municipal de Educação. O surgimento do Comando de Luta evidenciou as possibilidades de se fazer

movimentos autônomos – sem líderes, sem sindicatos e sem partidos políticos – rompendo com o paradigma leninista das esquerdas tradicionais no Brasil, para as quais, dentro de uma visão dogmática, os líderes e os partidos são as vanguardas iluminadas com a sagrada missão de conduzir os trabalhadores e trabalhadoras à liberdade plena, como se estes fossem incapazes de se auto organizarem contra a exploração e degradação do ser humano no mundo capitalista .

A visão dogmática das esquerdas tradicionais no Brasil se caracteriza pelo apego a uma verdade absoluta e indiscutível sobre o modelo revolucionário desenhado em seus manuais, que tem como referência a revolução ocorrida na antiga Rússia, em outubro de 1917 , e que se propagou pelo mundo difundindo e consolidando o pensamento de seu líder Vladimir Ilyich Ulyanov – Lênin, cuja produção teórica se tornou conhecida como leninismo ou leninista. Uma das premissas norteadoras do pensamento leninista é que os sindicatos são um apêndice do partido político.

O que justificou essa pesquisa foi a necessidade de compreensão de todo um processo político que envolve o trabalho docente na Rede Pública Municipal de Educação de Goiânia que, sistematicamente, é desqualificado pelo poder público e o nascimento de um processo de libertação dos profissionais da educação Municipal em relação aos sindicatos seriamente ligados a partidos políticos. Esse processo complexo ainda está em andamento atualmente e têm se mostrado forte e permanente.

Para nortear a presente pesquisa analisaremos, neste primeiro capítulo, os sindicatos e suas relações com a burocracia do Estado, e como essas relações trazem implicações à vida dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. São tentativas do Estado Brasileiro, através dos seus entes confederados, em manter a educação pública voltada aos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras, em um recorrente descrédito público, que se estende desde a falta de estrutura física até a desqualificação profissional sistematizada dos que nela atuam. Assim, não há alternativa a esses profissionais a não ser recorrerem ao instrumento político denominado greve, para minimamente forçar uma condição de negociação com o poder público.

No segundo capítulo será abordada a atuação do Comando de Luta na Educação Pública Municipal de Goiânia: a auto-organização, as táticas e estratégias utilizadas como meio de enfrentamento e resistência que foram articuladas a partir da imensa rede de solidariedade criada pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação municipal diante das necessidades de contraposição às políticas públicas estabelecidas pelo governo municipal que afrontavam diretamente os trabalhadores e trabalhadoras da educação, não somente pela questão salarial, pois o município de Goiânia ainda não cumpria e nem cumpre a Lei do Piso Salarial Nacional, mas também pela tentativa de se retirar da categoria parte dos benefícios já conquistados outrora como: quinquênio, difícil acesso (hoje chamado de “auxílio locomoção”, pago a professores e professoras que moram longe do trabalho), manutenção do vale transporte para os funcionários e funcionárias administrativas, por melhores condições de trabalho e salarial para os profissionais da educação, além de transparência na administração das verbas relacionadas a Educação Pública Municipal de Goiânia . A ousadia de ações do Comando de Luta surpreendeu não somente as lideranças sindicais, mas também ao Poder Público Municipal no período de 2010–2014.

No terceiro capítulo abordaremos o contexto histórico das lutas sociais no Brasil, no período de 2010 – 2014, que influenciaram politicamente o Comando de Luta. Foram momentos de explosões das lutas sociais que percorreram o mundo, as ruas do Brasil e chegaram até Goiânia, influenciando os trabalhadores e trabalhadoras da educação a uma radicalização do seu movimento auto-organizado, a ponto de terem como bandeiras de luta a negação da representatividade sindical e partidária, haja vista que esses dois segmentos sempre fizeram parte das lutas desses profissionais.

A Problematização proposta em todo o trabalho está em torno da atuação e auto-organização do Comando de Luta na Educação Pública Municipal de Goiânia o Comando de Luta foi um movimento pautado pela auto-organização? As fontes documentais utilizadas serão os Panfletos, o Jornal do Comando de Luta e os termos de encerramento de greves em 2013 e 2014. A Metodologia se fundamenta numa pesquisa qualitativa, em fontes documentais e na pesquisa bibliográfica. Buscamos como método e como teoria de análise o Materialismo Histórico Dialético.

Os acontecimentos ocorridos no período de 2010 – 2014 evidenciaram as possibilidades de luta sem direção da burocracia sindical, sem os “líderes iluminados” e trouxe aos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública municipal uma nova experiência de luta baseada na auto-organização, na qual cada indivíduo representa a si mesmo na árdua tarefa de construir sua própria História. O Comando de Luta foi a síntese dessa vivência, dessa experiência singular que ainda permanece acesa no espírito de luta de todos aqueles aos quais a História oportunizou vivenciar.

CAPÍTULO I - OS SINDICATOS E SUAS RELAÇÕES COM A BUROCRACIA DO ESTADO

A burocracia faz-se necessária nas relações que o Estado estabelece com as instituições que o constituem e, quando oportuno, o Estado age sempre para cooptar aquelas que ainda não o compõem. Segundo Motta (2000):

O termo 'burocracia' tem sido utilizado em vários sentidos. Tem sido usado para designar uma administração racional e eficiente, para designar o seu contrário, para designar o governo de altos funcionários, para designar organização. Na realidade burocracia é tudo isto, na medida em que burocracia é poder, controle e alienação. (MOTTA, 2000, p.7).

Entendemos, portanto que a Burocracia atua no cotidiano das pessoas em todos os espaços da sociedade e se faz, assim, tão presente a fim de legitimar as normas e regras que regem a sociedade dentro de um princípio de civilidade que deve ser aceito e acatado por todos. Para tanto, o Estado estará apto a agir e essa ação do Estado quase sempre tem o caráter punitivo, que é imediatamente validado pela burocracia e pela grande coletividade da sociedade; a burocracia manifesta-se, ainda, no meio social de forma a possibilitar uma conformidade às pessoas ofertando uma seguridade e legitimando suas ações dentro das normativas estabelecidas pelo Estado com o objetivo de manter o controle social.

Para manutenção desse controle é necessário que as instituições atuem em conformidade com o Estado, zelando pelo bom andamento do convívio social. Segundo Motta (2000):

A burocracia é uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais. (MOTTA, 2000, p.07).

Podemos dizer, portanto, que o Estado necessita manter as suas instituições burocráticas diretivas dentro de um alto padrão qualitativo e quantitativo de vida, ou seja, garantir privilégios e favorecimentos para aqueles guardiões que se dedicam à constante vigília de manutenção da ordem para que os burgueses possam “dormir em paz”. Assim, os altos salários aliados com as relações políticas de favorecimentos garantem, ao grupo gestor da burocracia, *status* que os demais

setores da sociedade não possuem. O Estado pode se traduzir em um órgão regulamentador das relações entre as instituições, sendo que essas relações precisam existir e agir dentro de uma sistematização de ações que possam garantir a harmonia das normatizações do Estado e das diversas relações que circundam o convívio social.

Desse modo, a grande instituição que é o Estado necessita cooptar aquelas outras instituições que surgem ou que estão à sua margem e fora do seu controle, do seu domínio. É o que ocorre com a grande maioria dos sindicatos e partidos políticos: ao serem legalizados pelo Estado são obrigados a seguir os protocolos determinados resultando, então, na obediência destas e outras instituições ao que é determinado pelo Estado, que dentro dessa lógica é controlado pela classe dominante. Segundo Motta (2000), a burocracia “é um grupo social que se separa do resto da sociedade e se impõe a ela, dominando-a” e essa condição de dominação é estabelecida pela instituição maior – Estado.

Sendo assim, podemos dizer que o Estado tem uma função associada a reprodução das relações sociais determinadas pela classe dominante, exercendo um papel de mantenedor dessas relações. Embora os teóricos do Estado creditem a ele a responsabilidade de administrar para o bem coletivo ou ser um instrumento para diminuir as desigualdades sociais, na prática o Estado é um dos elementos que provoca a desordem e mantém a desigualdade como fator essencial na lógica do capitalismo. Parafraseando as análises de Kropotkin (2000) e Bakunin (2006) o Estado é uma representação do autoritarismo, um órgão criado para impedir a liberdade e somente com a sua aniquilação, juntamente com a ordem econômica capitalista, é que será possível concebermos a liberdade na sua plenitude.

(...) Não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado quanto o será sua extinção completa, cedo ou tarde; tão necessário quanto foram a bestialidade primitiva e as divagações teológicas dos homens. O Estado absolutamente não é a sociedade, é apenas uma forma histórica tão brutal quanto abstrata. Nasceu historicamente, em todos os países, do casamento da violência, da rapina e do saque, isto é, da guerra e da conquista, com os deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações. Foi, desde sua origem e permanece ainda hoje, a sanção divina da força bruta e da iniquidade triunfante (BAKUNIN, 2006, p. 42-43).

O Estado torna-se, assim, o “mediador dos conflitos” entre a classe trabalhadora e a burguesia. É a justiça que garante a ordem do mesmo, que se desenrola os vereditos das lutas entre essas classes, na qual a burguesia tem no Estado seu aliado constante.

O estado moderno é uma grande organização burocrática que administra os interesses do grande capital, ou seja, pensando o Estado brasileiro em seu processo de privatização do sistema educacional nacional, podemos dizer que ele tende a assumir a forma organizativa dos grandes negócios empresariais envolvendo grupos da burguesia que permanecem gerenciando todo o capital e tudo que nele há.

Os trabalhadores e trabalhadoras da educação no Brasil têm uma trajetória de luta em relação às questões pertinentes à educação pública e à própria valorização da sua carreira. Um dos principais instrumentos para essas reivindicações são as greves dessa categoria.

De norte a sul do país, em todos os estados que abarca o território nacional os trabalhadores e trabalhadoras em educação recorrem à greve como forma de pressão política em relação ao Estado. No entanto, suas reivindicações na maioria das vezes não são atendidas ou quando são, ficam para os próximos governos eleitos que descumprem os compromissos firmados com as categorias em greve.

Por que as greves na educação são recorrentes? Esse questionamento faz parte da trajetória histórica de estruturação burocrática educacional no Brasil, que ao longo dos séculos pouco avançou em razão dos mais obscuros interesses políticos, tanto de governantes quanto dos mais variados setores políticos e empresariais. A precarização, o descaso, o descompromisso com a educação pública tornou-se uma obrigatoriedade do Estado para com o setor público educacional. Dizemos isso, pois consideramos que o descaso está implícito tendo em vista a inegável luta de classes sob a qual o Estado administra a educação pública para os filhos dos trabalhadores brasileiros. Esse processo de sucateamento é fundamental para a manutenção do domínio ideológico e cultural da sociedade, criando um aprisionamento alienante que pode impedir o indivíduo de questionar e subverter essa ordem.

Assim, os profissionais de educação recorrem de forma frequente ao instrumento político denominado Greve, com o objetivo de resguardar ou melhorar as suas condições salariais ou de trabalho, e para se apossarem desse instrumento

político, por vezes agregador da categoria, faz-se necessário uma reorganização dos profissionais envolvidos através de suas categorias profissionais. Para que haja as definições de ações, táticas e estratégias que possam contribuir para as várias frentes de lutas e enfrentamentos que surgem durante períodos grevistas é preciso agir de forma explícita e incisiva em relação aos sindicatos e toda estrutura de poder público Municipal.

O instrumento político Greve, que ocorreu no município de Goiânia entre os anos de 2010 - 2014 foi construído pelos profissionais da educação e durante esse período os profissionais se solidarizaram em torno de um movimento denominado Comando de Luta, que negou a representação sindical e de partidos políticos e caminhou de forma autônoma, independente na contestação das políticas educacionais e econômicas do município de Goiânia.

Apesar das ações violentas do Estado, que tem agido de modo a aterrorizar todos aqueles que ousam questioná-lo, seja pela coação, intimidação, perseguição no trabalho, na vida pública ou privada através da violência física ou psicológica, mesmo mediante atos de atrocidades, os enfrentamentos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação são frequentes e expressam a luta entre capital e trabalho, dando significado político de resistência às políticas públicas restritivas que diferentes governantes tentam implementar na educação brasileira com o objetivo de atenderem aos interesses do grande capital. Esses interesses induzem à concentração de riquezas e conseqüentemente arrasta a grande maioria da população mundial para um cenário de extrema pobreza, servidão e subserviência da qual não há alternativa senão vislumbrar novos horizontes e trilhar caminhos que deem uma nova perspectiva de libertação para que todos possam usufruir das riquezas e do bem estar produzidos pela sua própria força de trabalho.

É da natureza do Estado apresentar-se, tanto para si quanto para todos os seus governados, como objeto absoluto. Servir sua propriedade, sua grandeza, sua força, é a suprema virtude do patriotismo. O Estado não reconhece outra: tudo o que serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses e declarado criminoso, tal é a moral do Estado. (BAKUNIN, 2008, p. 28).

Os trabalhadores e trabalhadoras em educação têm na figura do Estado o inimigo a ser combatido. Através das “lideranças sindicais” somos levados a

acreditar que o inimigo é o governo que comanda o Estado. Entendermos que governos ligados a partidos e o Estado são elementos separados torna-se essencial nessa perspectiva. Não podemos nos esquecer do fato de que a maioria dos sindicatos tem vínculos partidários, fazendo com que as decisões de atacar o governo e preservar a estrutura do Estado se tornem essenciais nessa prática e que as escolhas de atacar ou não um governo depende a qual partido político o Sindicato está filiado.

Para Mendonça (2011), a questão dos sindicatos e o seu papel segundo Pannekoek, mostram claramente que a perda de combatividade dos sindicatos é algo previsto nas obras de Marx e mesmo de Lênin, embora esse segundo tenha no sindicato uma visão ligada ao partido revolucionário essa visão se distancia do marxismo e caracteriza a perspectiva leninista em ter os sindicatos como apêndice do partido político.

Consequentemente, o que Marx e Lênin precisaram sobre o Estado deve valer também para as organizações sindicais, isto é, que apesar da democracia formal, sua organização impossibilita fazer delas um instrumento de revolução. A força contrarrevolucionária dos sindicatos não pode ser debilitada e destruída por uma mudança de pessoas, pela substituição de dirigentes sindicais ou “revolucionários” em lugar dos chefes reacionários. É justamente a forma desta organização que torna as massas pouco menos que impotentes e lhes impede de fazer dos sindicatos órgãos de sua vontade. A revolução somente pode vencer destruindo esta organização, transformando, por assim dizer, a forma da organização para fazer dela algo radicalmente novo: o sistema dos *soviets*. Sua instauração está em condições de extirpar e eliminar não apenas a burocracia estatal, mas também a do sindicato (PANNEKOEK, 2005, *apud* MENDONÇA, 2011, p. 133).

Por essa postura, a mudança de um governo pelo outro pode “significar melhorias” para o conjunto dessa categoria. No entanto, essa afirmação torna-se uma ilusão, tornando-se um elemento essencial na perpetuação das relações entre a burocracia sindical partidária e os burocratas do estado, que entram em acordo entre si para favorecer seus próprios interesses deixando as reivindicações da categoria como fator de barganha. Por exemplo, no final de uma greve, é a diretoria do sindicato que acaba com a própria greve, indiferente das decisões da categoria em uma assembleia. Essas situações ocorrem em meio aos movimentos grevistas e acabam por se tornarem práticas sindicais recorrentes.

Um exemplo recente desse processo burocratizado ocorreu durante a greve da educação municipal em Goiânia no ano de 2010, na qual o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) acabou com a greve antes mesmo da votação pela assembleia da categoria. Categoria essa, constituída em sua maioria por mulheres trabalhadoras que tinham à sua frente um grupo de mulheres na direção sindical. Sindicalismo esse que poderia alavancar toda uma discussão acerca das desigualdades existentes no mercado de trabalho no que se refere às relações de gênero, mas o que se pode observar é que sindicatos e partidos “ditos” de esquerda se curvam, na verdade, ao interesse do capital financeiro relegando as chamadas minorias a um segundo plano.

Desde a revolução russa, que tomou fôlego pelo mundo numa perspectiva de grandes revoluções, a questão da mulher tem sido colocada em discussão sob diversas perspectivas. Na Rússia pós-revolucionária a primeira Constituição da República Soviética, em julho de 1918, possibilitou à mulher o direito de votar e ser eleita para cargos públicos. Porém, para a emancipação da mulher, era necessária uma economia que a livrasse do trabalho doméstico. Então, o partido bolchevique pensou que para a completa emancipação da mulher seria necessária a sua liberação dessas atividades através da socialização dessas tarefas.

Ao se questionar, enfrentar e resistir contra a opressão do Estado, este reage na perspectiva de classe dentro da lógica de que todos são indivíduos a serem combatidos, indistintamente das suas peculiaridades. Assim, o gás de pimenta, as bombas de efeito moral, os cassetetes alcançam a todos e os fazem sangrar sem observar nenhuma distinção.

O Estado operário, desde a revolução russa, começou a criar instituições, como refeitórios e creches modelo, para liberar a mulher do trabalho doméstico. E eram justamente as mulheres quem mais se empenhavam na sua organização e essas reivindicações se alastraram pelo mundo, principalmente através dos sindicatos. Hoje são reivindicações incorporadas ao discurso de qualquer político de direita ou pseudo-esquerda, assim como do universo jurídico, ou seja, do Estado democrático de direitos. Ao longo dessa caminhada os sindicatos e partidos foram sendo cooptados. Nesse sentido, convém salientar a presença de organizações de mulheres no cenário da política nacional, seja em movimentos contra a carestia, ou anistia política. Nos anos 60 e 70, diante de toda efervescência política que tomava

conta do mundo, o feminismo no Brasil começa a se firmar como um movimento que coloca em questão a opressão e exploração das mulheres, mas tanto anteriormente quanto a posteriori essas organizações foram e são dominadas por políticas de esquerda, machistas na sua essência e que de fato não colaboram para a emancipação definitiva das mulheres.

Segundo Pannekoek (2011), o sindicalismo dentro do capitalismo é formado por um círculo vicioso, no qual a burocracia sindical é responsável em controlar a classe trabalhadora para que essa não avance nos processos de luta, e as greves não se tornem selvagens, ou seja, sem o controle do sindicato em busca da revolução.

(...) Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei: acordos que façam têm força legal para toda a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que determina as condições de trabalho. Formam um aparelho, graças ao qual o capitalismo monopolista impõe as suas condições à classe operária inteira. Para o capital, doravante todo poderoso, é mais vantajoso disfarçar a sua hegemonia sob formas democráticas e Constitucionais, que mostra-la sob forma direta e brutal de ditadura. (...) Assim, as condições que vigoram hoje fizeram que, mais que nunca, os sindicatos se transformassem em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária (PANNEKOEK, 2011, p. 119-120).

Essa perspectiva vai ao encontro do que Marx e Engels (1986) no seu texto sobre o sindicalismo já percebiam em relação aos sindicatos europeus, que simplesmente lutavam por remunerações salariais e que não rompiam com a questão da abolição da exploração, da mais-valia, e a cada novo reajuste salarial, novas formas de intensificação da mais-valia ocorriam nesse processo.

[...] Agora os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação dos salários e da jornada de trabalho, como atesta a legislação fabril. (...) Além disso, as flutuações econômicas, pelo menos uma vez a cada dez anos, anulam tudo que havia conquistado com muita luta esta deve recomeçar desde o princípio. É um ciclo vicioso. A classe operária continua sendo o que era e o que nossos predecessores cartistas não temiam chamar de uma classe de escravos assalariados. Esta deve ser sempre a aspiração mais alta dos operários britânicos? Ou devem se esforçar, pelo menos por romper esse círculo infernal e fixar como objetivo de movimento a luta pela abolição do sistema assalariado? (MARX e ENGELS, 1986, p. 40).

As perspectivas relatadas pelos referidos autores não são exclusivas dos sindicatos da classe operária, mas sim de todos os trabalhadores. No setor da educação, o padrão são os sindicatos – no formato de acordos que sempre frustram a base da categoria.

Aleis que atestam os sindicatos e o direito de greve, se tornaram meios de controle da luta dos trabalhadores e trabalhadoras e seus sindicatos enquadrados dessa forma à legalidade imposta pelo estado.

Por exemplo: a lei da greve no Brasil prevê que os sindicatos devem informar com 48 horas de antecedência, ao patrão, sobre a deflagração da greve. Em que pese que essa lei seja para iniciativa privada, serve de modelo para o funcionalismo público. No entanto, esse procedimento não significa garantia nenhuma da legalidade da greve por parte da justiça do Estado.

Para Pannekoek (2011) o sindicalismo tornou-se um dos principais inimigos da classe trabalhadora e do seu processo de emancipação. Esse cita os exemplos dos sindicatos na Alemanha, que durante as revoltas de 1919 aliaram-se ao *status quo* para reprimir os trabalhadores, além do que ocorreu na Hungria, que durante esse mesmo ano teve um processo revolucionário desencadeado pelos trabalhadores, contrariando as determinações dos sindicatos.

[...] A ação direta é a ação dos próprios trabalhadores sem a mediação da burocracia sindical. Uma greve diz-se “selvagem” (ilegal ou não oficial) por oposição às greves desencadeadas pelos sindicalistas respeitando os regulamentos e as leis. Os trabalhadores sabem que a greve legal carece de efeito; os sindicalistas são forçados a desencadeá-la contra a sua vontade e sem que a tenham previsto, talvez pensando intimamente que uma derrota seria uma lição salutar para os presunçosos operários e sempre tentam pô-lhes fim o mais rapidamente possível. É por isso que a exasperação explode no meio dos grupos maiores ou menores de operários e toma a forma de greve selvagem, desde que a opressão se torne muito forte ou negociações se arrastem sem resultados (PANNEKOEK, 2011, p. 119).

As lutas sindicais em Goiás, envolvendo o maior sindicato do estado, no caso o SINTEGO, refletem essa prática. Durante a greve de 2010, dos trabalhadores da rede municipal de Goiânia, os profissionais sofreram várias sabotagens por parte da direção sindical que não queria uma greve contra o governo da prefeitura de

Goiânia, coligação partidária PMDB/PT, já que essa aliança era defendida durante a campanha para o governo do Estado contra o PSDB. E foi diante de tal situação a categoria enfrentou a direção sindical, constituindo novo paradigma para os movimentos de base da educação municipal.

1.1 - O SINDICALISMO NO BRASIL E A SUA REORGANIZAÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

O sindicalismo no Brasil teve início nos últimos anos do século XIX, surgindo com as mudanças econômicas ocorridas no país forçadas pelo grande capital estrangeiro, que obrigou o Brasil a iniciar o processo de industrialização, saindo do centro agrário da produção de café, e substituindo o trabalho escravo gratuito e obrigatório pelo trabalho escravo assalariado, que já não era destinado somente aos Africanos, destinando-se aos brancos pobres europeus que recebem incentivos do governo brasileiro para se instalarem por estas terras.

O processo de abolição da escravatura, de acordo com Silva (2013) foi de “mudança formal, passando o escravo liberado a receber um salário monetário (...) a redistribuição da "riqueza" não teria sido acompanhada de quaisquer modificações na organização da produção ou na distribuição da renda”.

A reestruturação do modo de produção capitalista no Brasil, para atender aos avanços do capitalismo expansionista baseado na produtividade acelerada e no consumismo, necessitava de uma população consumidora e, portanto assalariada. Nesse contexto o Brasil é inserido, ainda que tardiamente, na chamada Revolução Industrial, dando os primeiros passos na aquisição de maquinários e tentando se livrar de uma numerosa população negra antes escravizada, agora empobrecida, analfabeta e abandonada pelo Estado, sem moradias, saneamento básico, indenizações, trabalhos ou salários.

A inevitável instalação das indústrias capitalistas conduz aos chamados distúrbios quando o governo, necessitando de mão de obra qualificada para o trabalho industrial, resolve importá-la, mas para isso necessitava controlar as epidemias que impossibilitavam a vinda dos imigrantes. Então, é realizada uma campanha de vacinação, na qual as pessoas eram obrigadas, até mesmo por força policial, a se vacinarem. Nesse contexto, a população se revolta mediante tantas

arbitrariedades e ocorre, então, A Revolta da Vacina, um dos primeiros movimentos urbano organizado e autônomo do País.

A nova realidade que se instalou no País altera de modo significativo, ainda que o processo seja transitório, as relações de trabalho, que agora se tornaram o centro econômico, a circulação financeira de novos produtos e mercadorias que vai se dar não no meio rural, mas no meio urbano. “A mudança do eixo econômico, de agrário para industrial, com o Estado à dianteira, implicou a institucionalização das relações entre capital e trabalho” (MIRANDA, CASTILHO E CARDOSO, 2009, p.181).

Considerando que o processo de industrialização na Europa já se encontrava bastante adiantado, os imigrantes que aqui chegaram traziam consigo as ideias anarquistas que rodeavam a Europa e logo começaram a se organizar com greves e revoltas e, ao começar o século XX, já se estruturam os primeiros sindicatos em solo brasileiro. Essa trajetória foi interrompida em meados do século XX, com o Golpe Militar no Brasil.

(...) a intensa participação, foi interrompida com o golpe militar de 1964, que, a pretexto de livrar o Brasil do “perigo comunista” e respaldando-se no binômio ideológico “segurança e desenvolvimento”, restringiu a participação popular e proibiu qualquer manifestação que representasse ameaça a “ordem pública” (MIRANDA, CASTILHO E CARDOSO 2009, p.181).

As principais reivindicações sindicais do século XX, quando os sindicatos começam a se estruturarem no Brasil, pouco se diferenciam das de hoje, em um mundo incomparavelmente mais rico com recursos tecnológicos sem precedentes e com toda uma logística para que todos trabalhem menos e em melhores condições, ao contrário, a concentração de riquezas e o aumento da pobreza se arrastam pelo mundo de forma estonteante. Inicialmente as reivindicações eram por melhores condições de trabalho, reajuste salarial, descanso semanal, carga horária, leis e regulamentação do trabalho infantil e adulto e, já nos primeiros anos do século XX, surgem então os sindicatos, que tem como principal objetivo a defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores e trabalhadoras que cada vez mais tem que produzir e receber menos pela sua força de trabalho desprendida.

Assim, os sindicatos se colocam à frente dos trabalhadores e trabalhadoras como seus legítimos representantes e, portanto, sendo os responsáveis pelas suas organizações de greves trabalhistas e de todo um aparato assistencialista.

Em meados do século XIX, os trabalhadores no Brasil especializados em seus ofícios realizavam ainda um trabalho artesanal, e se organizavam de forma que pudessem prestar ajuda mútua aos seus iguais. A Constituição de 1824, não permitia a organização de sindicatos, mas os trabalhadores se agrupavam em defesa dos seus interesses.

Sabemos que os trabalhadores sempre buscaram formas de se proteger da exploração capitalista, e se organizaram nos enfrentamentos criando meios de lutas que possam pressionar os patrões representados pelo Estado, a cederem em suas reivindicações que regra geral são economicistas, mas que em dado momento podem se avançar para a destruição do capital, pondo fim a exploração e alienação do trabalho.

Os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil, principalmente no que se refere ao sindicalismo brasileiro com o incipiente processo de industrialização após a chamada Abolição da Escravatura, evidencia uma histórica prática política que se fundamenta no coronelismo, no populismo, no autoritarismo demagógico e numa presença marcante e constante dos militares no cenário político nacional, hora muito próximos dos governos ou por vezes sendo eles o próprio governo e, não por coincidência e principalmente em momentos de crise, é quando estes sentem a necessidade de assumir ou estiverem próximos do poder para colocar “Ordem no País”, para afastarem o “fantasma” do terrorismo, socialismo ou comunismo.

A elite brasileira se vale de dois princípios básicos para manutenção da ordem e conseqüentemente garantir o seu *status quo* recheado de privilégios e bonança. O primeiro princípio é o aparato policial repressivo, que é utilizado como expressão máxima de força bruta para a prática de violência física e psicológica, cujo objetivo é punir de forma exemplar todos aqueles que ousarem contrariar os interesses da elite dominante, seja em nível municipal, estadual ou federal. O uso abusivo dessa força policial coercitiva é utilizada em larga escala como meio de enquadramento e subordinação político social.

O segundo princípio é o Jurídico, que deixa transparecer e induz a uma crença na qual se acredita que todos são iguais perante a lei, mas na prática cotidiana, na concretude da dura realidade dos trabalhadores e trabalhadoras explorados, humilhados e ofendidos, o aparato jurídico é também utilizado como meio punitivo e exemplar para aqueles que tentem se valer da desobediência como meio de protesto, resistência, luta e enfrentamentos da subserviência, da neoescravidão institucionalizada e amparada em toda uma lógica burocrática, cujo interesse maior é a permanente defesa da elite dominante através de um conjunto de normas, regras e valores morais aos quais toda a sociedade deve seguir em nome da “civilidade”.

A transgressão desse pacto social é passível de penalidades e é exatamente na efetivação, na aplicação das penalidades como forma de enquadramento às normas, regras e valores que o judiciário, em quase sua totalidade, mostra em sua percepção de classe, na qual o poderio político e econômico se manifesta criando as distinções de classes e punindo de acordo com as benevolências permitidas pelo *status* de cada indivíduo na grande pirâmide social.

Sendo assim, são indissociáveis essas nefastas relações que se estabelecem entre instituições e indivíduos, jogando por terra uma das mais antigas premissas do universo jurídico: de que todos são iguais perante a lei.

Os explorados ao longo de suas lutas aprenderam a equação das desigualdades, na qual os pertencentes a classe dominante são mais iguais que os pertencentes a classe dominada. Essa condição está posta em todas as relações, políticas, sociais, econômicas e culturais.

O Sindicato surge enquanto organização coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, quando estas passam a fazer parte do mercado formal do trabalho, enquanto entidade representativa que teria como princípio básico as lutas em defesa dos interesses desses aos quais se dispõem a representar, mas ao longo da História tornou-se, em sua maioria, aliados do capital e buscam através de suas direções burocratizadas suavizarem essas iniquidades de classes, para contribuir com o estado democrático de direito operando, assim, dentro da sua lógica reformista e de acordo com os princípios das instituições burocráticas que compõe o Estado.

O direito trabalhista dentro das suas limitações de atuação, tem resguardado as migalhas destinadas pelo grande capital aos trabalhadores e trabalhadores que são mediadas pelo Estado, na tentativa de amenizar o descontentamento gerado pela exploração do capital no trabalho.

Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras vão também se utilizando desse instrumento legal, tão necessário na sociedade burguesa, para amenizar momentaneamente os seus sofrimentos em virtude dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho.

A organização sindical brasileira está baseada no princípio de unicidade. Seguindo este princípio, cada categoria é indivisível e absoluta, mas na prática os interesses, tanto da coletividade quanto individuais, por vezes se confrontam e até mesmo se opõem. A lei determina, então, que numa base territorial deve haver somente um sindicato por categoria.

Na contemporaneidade o significativo acúmulo de bens materiais e capital financeiro oriundos principalmente do imposto sindical obrigatório, embora a sociedade seja democrática, o imposto sindical é obrigatório, esse contrassenso contraria o direito elementar de livre escolha, mas permite aos sindicatos especialmente aos grandes sindicatos, o monopólio da representação sindical e a constituição de grupos diretivos burocratizados especializados no direcionamento das lutas sindicais que se resumem aos questionamentos críticos e mobilizações previamente ajustada, quando o patronato não cumpre ou se recusa a cumprir o que a lei determina, ou os acordos coletivos já definidos, e que a subjetividade da relação patrão empregado já tornou previsível.

É questionável o sistema de unicidade, mas é conveniente aos próprios sindicatos manterem esse princípio, haja vista que a grande maioria absoluta tornaram-se empresas independentes dos próprios trabalhadores ou trabalhadoras, ou vincularam-se aos partidos políticos e também aos patrões, tornando-se instituições burocratizadas e de cunho assistencialista.

A atuação dos sindicatos no mundo contemporâneo altamente industrializado se justifica pelo conflito existente entre Capital e trabalho, o que caracteriza a luta de classes, assim como o Estado assume o papel mediador entre a classe burguesa e o proletariado, estabelecendo limites de tolerância para estes.

O sindicato também o faz através do emperramento burocrático das lutas e enfrentamentos, se limitando na institucionalidade e sem nenhuma perspectiva revolucionária transformadora que possibilite aos trabalhadores e trabalhadoras o pleno domínio sobre os meios e modos de produção.

As greves de fábricas principalmente as ocorridas na chamada região do ABC paulista, ao final do regime militar, influenciaram os movimentos sociais de modo geral e toda a história de partidos e movimento sindical do Brasil nos anos posteriores. Assim vamos ter o surgimento do Partido dos Trabalhadores, em 1980, da Central Única Dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e também o surgimento da Confederação Geral Dos Trabalhadores (CGT), em 1986. A organização dos trabalhadores também aponta para uma nova prática sindical, que mais tarde ficaria conhecida como Novo Sindicalismo ou Sindicalismo Partidário.

É por volta da década de 70 que aflora o Novo Sindicalismo, impondo novas formas de atuação junto aos trabalhadores, mas que já não tem mais um cunho meramente assistencialista e controlado diretamente pela estrutura governamental. Esses novos sindicatos modernos assumem uma feição jurídica com ampla atuação, principalmente ao que concerne ao direito trabalhista, e a sua atuação de modo geral se entrelaça aos diversos setores da vida social.

O “novo sindicalismo” se caracterizaria, assim, por dedicação prioritária às reivindicações imediatas da classe, ainda que com impactos no campo político (daí o surgimento do próprio PT).

“[...] O discurso deste “novo sindicalismo” com relação a patrões, Estado e legislação se caracterizaria pela radicalização que explicitava, no caso dos patrões, o combate à intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no interior fabril; e no caso do Estado e das leis, trazia à tona as desconfianças em um Estado autoritário [...] Esta postura, discursiva e prática [...] auxiliaram no forjar de uma nova identidade, tendo como alicerces o passado e o presente.” (SANTANA, 1999, p. 109).

O Brasil é um país que carrega na sua historicidade as lutas, resistências enfrentamentos e confrontos que foram e são marcadamente os confrontos de classes. É uma história que se inicia com a invasão e ocupação do Território que foi bravamente defendido pelos Indígenas que o habitavam e posteriormente palco de muitas resistências realizadas pelos Africanos aqui escravizados; é uma História de

lutas contra a opressão, escravidão e dominação, e permanece até hoje como se a história das Capitanias Hereditárias houvesse parado no tempo, com os seus mandos e desmandos, os seus Coronéis em pé de Guerras, as suas Famílias Tradicionais, os seus Políticos Influentes, os Amigos do Rei, as Polícias com a sua eterna brutalidade na lida com a população de trabalhadores e trabalhadoras, as suas leis para o povo cumprir e o eterno perdão à elite dominante. Mas a dialética não nos permite permanências constantes, sem lutas ou revoluções. Nas palavras de Marx, “o mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento, e historicamente as mudanças ocorrem em função das contradições surgidas a partir dos antagonismos das classes no processo da produção social” (ARANHA e MARTINS, 1993 p.16).

A Revolução Industrial foi um fator histórico decisivo na consolidação do capitalismo, que se expande em um sistema altamente produtivo e que, portanto, precisa de um constante consumo. Uma das suas principais características foi a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado e mecanizado o que contribuiu de forma decisiva no aumento produtivo de mercadorias e fomentou um grande consumismo.

O Aumento da produção de mercadorias está contraditoriamente vinculado ao aumento da fome e do desemprego pelo mundo, tamanha é a acumulação capitalista, quanto maior é a produção de riquezas mais se alastra pelo mundo uma descomunal pobreza que afeta milhões de seres humanos espalhados pelo planeta.

As novas tecnologias, acompanhadas dos avanços das ciências representam a capacidade criativa que a humanidade tem ao aperfeiçoar suas ferramentas de trabalho através do conhecimento adquirido e acumulado nas tentativas de sobrevivência mediante a natureza. No entanto o homem passa a não ter mais domínio sobre a sua força de trabalho, porque outro já o tem e passa a determinar o seu horário de trabalho, o valor do seu trabalho, as condições para o seu trabalho e a destinação para o que é produzido pela sua força de trabalho.

Dessa forma a alienação do trabalhador diante da máquina se dá por este já não conhecer o seu processo produtivo, mas apenas executar de acordo com o que lhe é direcionado na forma contratual, operacionalizar tecnicamente o equipamento sem compreender, decidir sugerir e possuir o que ele próprio produziu de acordo com Marx o trabalho alienado está “diretamente relacionado com a lógica de

funcionamento do capitalismo. Esses desdobramentos são a propriedade privada, a divisão do trabalho e a transformação do trabalhador em mercadoria” (BAVARESCO e LUZ, 2010, p. 138). Pela concepção marxista, a forma organizacional da sociedade na economia e na política causa maior opressão dos elitistas em cima do proletariado. Segundo Harvey (2012):

A origem do lucro está no mais-valor, o papel do capitalista é buscar o lucro (...) permite que o capitalista produza mercadorias com mais valor do que aquelas que ele comprou no início do processo e, assim, obtenha mais-valor. (HARVEY, 2012, p.112).

Neste sentido o trabalhador não mais reflete sobre o desenvolvimento de suas ações. Ao executar suas atividades a sua preocupação agora é apenas produzir dentro das metas pré-estabelecidas nas pequenas, médias e grandes empresas. O interesse do grande capital é sempre a alta produtividade e o exacerbado consumo que trás os grandes lucros concentrando cada vez mais as riquezas produzidas.

1.2 - OS SINDICATOS NO BRASIL E A LUTA CONTRA O REGIME MILITAR (1964 – 1985)

As diferentes formas de organizações dos trabalhadores surgem das necessidades postas em meio às lutas travadas contra a dominação e subjugo burguês, que se utiliza de diversos meios, seja o aparato repressivo do Estado, a cooptação, o controle da direção sindical, o enquadramento jurídico, a estrutura burocrática punitiva do Estado, tudo isso é utilizado pelos burgueses para conter a insatisfação, o descontentamento da classe trabalhadora. A direção sindical que mantém o controle político administrativo e econômico da entidade representativa já se constitui num grupo distinto entre os trabalhadores porque diz respeito a um grupo burocrático que usufrui de privilégios não só do ponto de vista salarial, mas também daquilo que é concernente ao universo escuso das relações burguesas, tais como o tráfico de influências nas relações institucionais e políticas.

Essas benesses são ofertadas aos sindicatos como barganha pela contenção das lutas dos trabalhadores. Mediante o descrédito dos trabalhadores em suas entidades representativas sindicais é que surgem novas formas organizativas

fora do controle sindical e que, por vezes, deixam governantes em alerta, porque estes movimentos autônomos ao surgirem ainda não se encontram sob a tutela do Estado e buscam novas estratégias, táticas e organizam ações que ainda não estão institucionalizadas, ou seja, normatizadas em leis, dentro de um modelo jurídico suportável para o Estado.

As diferentes formas de lutas se iniciam de modo primário e chegam a modos operativos mais complexos de enfrentamentos, nos quais a tomada de consciência dos trabalhadores e trabalhadoras expressam a necessidade de se organizarem politicamente e já se encontram em estágios avançados devido ao aprendizado de enfrentamentos e lutas anteriores. São nestes momentos de lutas que os trabalhadores e trabalhadoras de fato compreendem o significado da representação sindical e da burocracia sindical que promovem o seu afastamento e distanciamento da luta real.

A modernidade chega ao Estado apresentando o seu aparato repressivo com novos métodos e técnicas de tortura para serem aplicados àqueles descontentes com a conformidade que “deveriam” ter. A intensificação da violência do Estado garante o domínio à elite brasileira. Esse aparato repressor é comumente utilizado e justificado em nome da manutenção da “ordem burguesa”. Foi assim que o País entrou para um período sombrio da História, sofrendo um duro golpe político aplicado pelos militares das Forças Armadas, implantando um Regime Ditatorial.

O Regime Político Ditatorial estabelecido no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, que entrou para a História e se tornou conhecido como Ditadura Militar, foi um período político em que os militares das Forças Armadas Nacional, auxiliados pelas forças policiais estaduais, governaram o País.

Esse período se caracterizou pela falta de democracia, prisões, torturas, assassinatos, perseguições políticas, censura generalizada e uma total supressão de direitos constitucionais aos opositores desse regime. A justificativa era sempre a necessária manutenção de uma ordem e de um progresso do País.

Esse processo duradouro de longa tirania no qual o terror e o medo eram instrumentos coercitivos institucionalizados de dominação e punição da população ainda tem as suas nuances na sociedade atual.

O Regime Político Militar organizou-se entre os diversos setores da classe média e burguesia nacional a fim de defender de fato os interesses tanto do capital nacional quanto do capital internacional e ao mesmo tempo desarticular as organizações dos trabalhadores que se davam através de sindicatos, associações, ligas operárias e camponesas e o movimento de soldados de baixa patente nas forças armadas. Todos esses setores se constituíam numa grande massa de trabalhadores extremamente explorados.

A preocupação dos militares e outros segmentos da sociedade era com relação a João Goulart, mais conhecido como Jango, que dentro da constitucionalidade assumiria a presidência do País, considerando a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

Havia uma grande desconfiança dos militares e da elite brasileira com relação a João Goulart por causa das suas ideias políticas consideradas muito simpáticas ao socialismo e ao comunismo. O programa político de João Goulart centrava-se nas reformas de base, em particular a agrária e urbana, no controle da remessa de lucros para fora do País, na nacionalização de setores considerados estratégicos para a soberania nacional, e promoção da indústria nacional para o crescimento, numa política externa independente, anti-imperialista, baseada no direito à autodeterminação dos povos. Postulava ainda a extensão de voto aos analfabetos, que constituíam quase a metade da população brasileira, aos soldados e suboficiais que não tinham esse direito, bem como a garantia para todos em pleitearem candidaturas aos cargos políticos.

A preocupação central desses setores conservadores estava relacionada a polarização existente entre as duas grandes potências mundiais, logo após a segunda guerra mundial, de um lado os Estados Unidos das Américas, liderando o avanço do capitalismo pelo mundo, e do outro a União Soviética, fazendo a contraposição socialista. Esse período ficou conhecido na História política como Guerra Fria, e se caracterizou por uma intensa disputa política, econômica e ideológica, na qual cada um ao seu modo buscava ampliar suas zonas de influências sobre as demais regiões do mundo, financiando movimentos revolucionários que tentavam subverter a ordem política, econômica, social e cultural, imposta pelo grande capital internacional, e por outro lado os contra revolucionários tentavam “manter a ordem” ditada pelo grande capital.

O Golpe Militar unificou os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira e ao mesmo tempo delineou os rumos políticos dos chamados “movimentos sociais” numa nova perspectiva, que foi uma acirrada oposição e um radical enfrentamento no qual se buscava a democratização do país, pondo fim às perseguições políticas, aos assassinatos e a tortura como instrumentos de manutenção do poder central do país pelas forças armadas, sustentando um regime ditatorial.

Foi nesse cenário aterrorizante que ao final dos anos 70, os trabalhadores e trabalhadoras de modo geral começaram a se reorganizar e promover contestações ao regime militar com maior participação popular. Foi um momento em que o país atravessava uma tensão social muito forte através do endurecimento do regime militar que, a essa altura, decretou o Ato Institucional - 5, (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, caracterizado como um dos momentos mais truculentos do regime ditatorial. Com esse decreto, juízes foram aposentados, mandatos foram cassados, o habeas-corpus, instrumento jurídico fundamental, foi invalidado e houve um aumento substancial da repressão militar e policial.

Em Contagem (MG) e Osasco (SP), foram organizadas greves de operários que paralisaram fábricas em protesto ao regime militar; no Rio de Janeiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organiza a Passeata dos Cem Mil. Nesse mesmo espaço de tempo a guerrilha urbana começa a se organizar promovendo assaltos a bancos e alguns sequestros com o objetivo de arrecadarem dinheiro para sustentar a resistência armada no País.

O ato institucional-5, (AI-5) consistia em um aumento significativo das represálias aos opositores do regime ditatorial, concedendo amplos poderes ao presidente da República para intervir nos estados e municípios, cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores, proibia qualquer manifestação política de rua, concedia ao presidente da República poderes para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara de vereadores Municipais que por ventura sofressem intervenções dos mandatários militares. No período de recesso dessas instituições, o governo federal estaria assumindo o controle das mesmas.

Na esfera econômica, o país enfrentava duas crises petrolíferas que afetaram o mercado internacional, sendo que a primeira ocorreu em razão das

relações internacionais entre parte dos países árabes e Israel, e a segunda originada pela revolução Islâmica, no Irã. Mas ambas contribuíram para a derrocada do regime militar ao jogar por terra a farsa do milagre econômico brasileiro, levando o país a altos índices inflacionários e a sufocantes arrochos salariais em meio à truculência política ditatorial. Foi então que os trabalhadores e trabalhadoras começaram a organizar movimentos grevistas e reagir de forma organizada e articulada contra o regime militar instalado no país.

O regime ditatorial avalizou o seu modo operacional sanguinário e truculento começando por escolher, em 1969, o general Emílio Garrastazu Médici, para governar o País. Seu governo foi considerado o mais duro e repressivo do regime militar tornando-se conhecido como "anos de chumbo". Para não divulgar o que acontecia no país o governo impôs uma política de censura aos Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística e cultural foram proibidas. Apesar da severa repressão, diversos focos de resistência são articulados, além dos já existentes nas cidades. Neste contexto surge a guerrilha do Araguaia. Ela surge no início da década de 70 como um movimento armado, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que deixou marcas profundas no país, visto que envolveu militantes políticos de diversos Estados que, ao migrar para a região de fronteira entre o Pará e o Estado do Tocantins, desenvolveram a Guerrilha Camponesa contra os militares e seus desmandos. Ela foi combatida em três grandes campanhas do exército brasileiro e até recentemente foram encontrados restos mortais de inúmeros guerrilheiros "desaparecidos" à época.

Com os movimentos de repressão cada vez mais intensos, 1968 marca o início do período de ditadura conhecido como *Anos de Chumbo*. As medidas de controle da população e principalmente dos movimentos contrários ao Regime Ditatorial Militar eram cada vez mais frequentes e violentos. A repressão se colocava como um pêndulo, cada vez que os movimentos sociais, encabeçados pelo Movimento Estudantil e pelos partidos políticos agiam, as reações policiais eram mais duras e severas (SILVA *apud* VILHAGRA, 2009, p. 16).

As eleições ocorridas em 1978 tiveram forte impacto ao regime militar pressionando para que houvesse uma abertura política que pudesse conduzir o país rumo ao processo de redemocratização. Mediante o contexto político de forte

pressão popular, o general João Baptista Figueiredo decreta a Lei da Anistia, que outorgava o direito aos exilados políticos de retornarem ao País, o que deu margem para setores do regime militar considerados “linha dura” assumirem e praticarem ações clandestinas de repressão dentro do próprio regime ditatorial, promovendo atentados contra órgãos da imprensa e da OAB (Ordem dos advogados do Brasil).

Em outro momento, mais precisamente no dia 30 de Abril de 1981, houve a explosão de uma bomba durante a realização de um show no centro de convenções do Rio Centro, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse atentado as evidências apontaram para mais uma ação dos militares.

Ainda dentro desse processo gradual de transição política, em 1979, foi aprovada a lei que permitiu o pluripartidarismo no Brasil, após longos anos de regime militar. Dessa forma os partidos políticos voltam ao cenário nacional.

É nesse contexto complexo e confuso que as greves dos trabalhadores das fábricas explodem pelo país e vão se alicerçando para a construção de um novo sindicalismo e também de novos partidos políticos.

A organização pela base, acrescida da noção de “peleguismo” em relação ao pré-64, seria uma característica que os “novos sindicalistas” procuravam reafirmar a todo o momento, marcando de forma clara, a diferença entre o “velho” e o “novo” no movimento sindical. No discurso dos dirigentes alinhados com o “novo sindicalismo”, a organização pela base deveria ter um caráter central. (SANTANA, 1999b, p. 145).

Nos últimos anos de governo militar, a alta da inflação, a crescente recessão, os protestos e manifestações pelas ruas e a indignação latente pelas prisões e desaparecimento das pessoas que logo em seguida eram torturadas e assassinadas, além da falta de créditos no mercado internacional, provocou ainda a falta de financiamentos e investimentos estrangeiros para o Brasil. Além disso, os militares ainda enfrentavam um profundo desgaste político diante da opinião pública nacional e internacional. Essa configuração do cenário nacional deixou o regime ditatorial politicamente inviabilizado.

Mediante tais pressões, até mesmo os setores mais conservadores e reacionários das forças armadas não encontraram outra alternativa a não ser o recuo gradual das suas ações, mas não por vontade própria. Esse recuo se deu

pelas pressões políticas internas e externas e pela persistente resistência daqueles que pagaram com a vida, com suas prisões e torturas, o alto preço para que o país conquistasse a derrubada do regime ditatorial milita e pudesse caminhar sob o prisma da liberdade.

Diante de toda essa conjuntura nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT) começa a se alastrar pelo país, arrastando consigo o movimento sindical urbano através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do movimento social no campo, Movimento dos sem Terra (MST) e do segmento religioso chamado Teologia da Libertação, vinculado à Igreja Católica.

Foram surgindo então novos embates e debates que culminaram num forte movimento político intitulado DIRETAS JÁ. Esse movimento funcionou como uma frente de oposição que congregava diversos setores da sociedade, Igreja Católica, OAB, sindicatos, centrais sindicais, músicos, cantores, militantes e ex militantes das mais variadas matizes políticas e uma significativa parcela da população civil.

Assim, partidos e sindicatos se valeram das suas estruturas e canalizaram o forte apelo popular para reorganizar a oposição ao já agonizante regime militar.

A expectativa do movimento DIRETAS JÁ era pela aprovação da proposta de emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas e imediata para presidente. Essa proposta não foi aprovada pela Câmara dos deputados, e somente no ano de 1985, mas precisamente em janeiro, o Colégio Eleitoral, após todas as articulações, conchavos e acordos políticos, promove a abertura política para que sejam lançadas as candidaturas do deputado Tancredo Neves, que disputaria as eleições presidenciais com Paulo Maluf.

Nesse pleito, Tancredo Neves é então o candidato vitorioso, mas logo em seguida adoece, não tomando posse como presidente e permitindo que assumisse em seu lugar o seu vice-presidente José Sarney.

Em 1988 foi aprovada uma nova constituição para o País, na qual os militares foram isentos de todos os seus crimes e barbaridades cometidos contra os cidadãos que lhes fizeram alguma oposição.

A Constituição Federal de 1988 poderia ter sido de grandes avanços democráticos em razão da grande movimentação criada pela sociedade que ansiava por um Estado de direito Democrático pondo fim a um governo ditatorial. Mas o que

se nota é que ela é uma constituição de classe senão em teoria, ao menos na efetivação de suas leis mediante a população menos favorecida.

No Brasil, a subjetividade interpretativa das leis está intimamente relacionada com o poderio político e econômico daqueles que incorrem nas transgressões das regras, normas e princípios que regem a chamada sociedade civilizada. Assim, políticos, desembargadores, juízes, procuradores, promotores, grandes empresários e advogados, com raras exceções não se utilizam dos privilégios orquestrados e garantidos pelas suas corporações, que sempre estão de acordo para atuarem em conjunto na manutenção dos seus privilégios de classe que, inclusive, são garantidos por leis, visto que estes senhores acima mencionados são a própria Lei, são eles os legisladores, os julgadores e executores das suas próprias normas, regras e princípios, para que os demais as cumpram, principalmente os que se convencionou a chamar de povo ou grande massa.

1.3 - OS SINDICATOS NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em 1988, com o fim do regime militar, e a promulgação da nova constituição brasileira, os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público ganham o direito de criar sindicatos, surge então o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás, (SINTEGO) que se propõe a representar os profissionais tanto da rede pública estadual, quanto da rede pública municipal de educação em Goiânia e de todo o Estado de Goiás, bem como os servidores administrativos de ambas as redes de ensino. Segundo Canezin (2009),

Em 1956 foi fundada, em Goiânia, a Associação de Professores Primários (APP). Anos mais tarde, em 1962, fundou-se a Associação dos Professores do Ensino Médio de Goiás (APEMG). Em 1972, as duas entidades unificaram-se sob a denominação de Centro de Professores de Goiás. (CANEZIN, 2009, p. 17).

O SINTEGO surge da junção de duas antigas entidades representativas dos professores e professoras em Goiânia, a (APP) Associação dos Professores Primários, e a (APEMG) Associação dos Professores do Ensino Médio, que atuavam nas décadas de 50 e 60 e que, após se unificarem, passaram a ser a entidade

representativa dos professores e professoras denominada (CPG), Centro de Professores de Goiás. O sindicato em questão traz imbuído nas suas ações as concepções de lutas e enfrentamentos concebidas da atuação do novo sindicalismo e da concepção política do grupo majoritário do Partido dos Trabalhadores (PT), conhecida como Articulação.

Partindo dessa premissa já não é mais possível separar sindicato, partido político e governo. Cada vez mais sindicatos de orientação petista e o próprio partido político (PT) se aproximam dos partidos e governos de direita - conservadores, através de alianças e acordos políticos com fins eleitoreiros.

O período de transição política, entre o regime militar (1964–1985) e a redemocratização do Brasil permitiu que todos os entes da federação se reorganizassem dentro de uma nova lógica política, na qual o espírito de democracia estava presente. E foi nesse cenário que novas discussões acerca da educação no Brasil surgiram, possibilitando aos trabalhadores e trabalhadoras desse setor, se reorganizar e reivindicar seus direitos.

Ainda ao final do regime militar, em fins da década de 70, o capitalismo enquanto sistema político, econômico, já estabelecia pressões em razão da revolução industrial, requerendo maior qualificação dos trabalhadores para o manuseio e controle das novas máquinas que surgiram para atender uma maior demanda de produção e acumulação de riquezas das quais poucos poderiam ter acesso e desfrutarem de suas riquezas.

Assim, a educação vai se tornar algo extremamente estratégico para o setor produtivo, que busca a otimização do trabalho humano para o aumento da mais-valia e a concentração de riquezas. Dentro da lógica capitalista, essa nova realidade produtiva altamente competitiva requer dos países, investimentos educacionais para o capital, ou seja, a educação passa a ter como função aumentar os lucros do capital financeiro.

A possibilidade do aumento quantitativo e qualitativo da escolaridade da população, de modo geral, sempre foi visto como possibilidade de atenuar as desigualdades existentes em uma sociedade, na qual estudar foi sempre oportunizado a alguns poucos privilegiados.

Foi nesse cenário, que os trabalhadores e trabalhadoras em educação sentiram a força punitiva e lucrativa de uma sociedade capitalista organizada, quando a mesma tenta suprimir seus direitos ou estabelecer leis, normas e regras que levam esses trabalhadores e trabalhadoras, enquanto categoria, a um processo constante de precarização do seu trabalho.

Seja pelos baixos salários ou pelo ambiente impróprio para o desempenho das suas funções, é constante a desvalorização social dos professores e professoras. De acordo com Gentili (2004) as transformações promovidas pelas reformas educacionais, podem ser as seguintes:

- a) A tentativas de modificação das carreiras profissionais dos docentes, através de alterações nas normas e estatutos que regulamentam a ascensão dentro da carreira magistral.
- b) A mudanças implementadas na estrutura salarial do setor.
- c) A incorporação diferencial de incentivos por desempenho como parte do salário real dos docentes.
- d) As políticas de descentralização da administração e gestão das instituições educacionais, as que redefinem e desconcentram a arena de negociações entre sindicatos docentes e Estado.
- e) As políticas curriculares, de formação e aperfeiçoamento docentes e de avaliação do desempenho profissional, que serviriam como instrumentos de implementação *top-down* de reformas que tendem a proletarizá-los, a desautorizar suas experiências, práticas convencionais e saberes profissionais, e a requalificá-los como executores de pautas e prescrições de especialistas externos e alheios à cultura escolar". (GENTILI, 2004, p. 30).

Essa constante tentativa do Estado em promover reformas educacionais, sempre remete os trabalhadores e trabalhadoras em educação à condição de mediadores entre a classe dominante e as classes dominadas, utilizando como meio de dominação o conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

E quão importante é para a sociedade democrática burguesa que esses professores e professoras iniciem o enquadramento de valores moral e ideológicos já nos primeiros anos escolares. Assim os professores e professoras têm se consolidado como elemento de mediação na hierarquização da dominação política e cultural.

Segundo Florestan Fernandes (1989):

O professor foi objetificado e ainda é, na sociedade brasileira é preciso tentar compreender essa brutalização cultural que se faz desde o passado mais longínquo, e que chegou e ainda chega a ser tenebrosa com relação a professores, por exemplo, que se dedicam ao ensino de crianças - as célebres professoras primárias. (FERNANDES, 1989, p.13).

Historicamente os movimentos sociais de professores e professoras, têm se manifestado politicamente, em condições substanciais defendendo o que lhes é de direito numa sociedade democrática de direitos, mas sem jamais evocar mudanças profundas. Singer afirmar que a escola:

é uma instituição social que, independentemente de proporcionar ou não conhecimentos, habilidades, valores, seja lá o que for, certamente carimba, certamente dá àqueles que por ela passaram com êxito e que se diplomam um determinado status social diferente do status daqueles que por ali não passaram". (SINGER, 1986, p. 52-67).

Os trabalhadores e trabalhadoras da educação pública no Brasil tem uma trajetória de luta em relação às questões pertinentes à educação pública e à própria valorização da sua carreira. Um dos principais instrumentos para essas reivindicações são as greves dessa categoria.

De norte a sul do país, em todos os estados os trabalhadores e trabalhadoras em educação recorrem à greve como forma de pressão política em relação ao Estado, no entanto, suas reivindicações na maioria das vezes não são atendidas ou quando são, ficam para os próximos governos eleitos que descumprem os compromissos firmados com as categorias em greve. Por que as greves na educação são recorrentes?

Esse questionamento faz parte da trajetória histórica de estruturação burocrática da educacional no Brasil, que ao longo dos séculos pouco avançou em razão dos mais obscuros interesses políticos tanto de governantes, quanto dos mais variados setores políticos e empresariais.

A precarização, o descaso, o descompromisso com a educação pública tornou-se uma obrigatoriedade do Estado para com o setor público educacional.

O Estado tem uma função associada à reprodução das relações sociais determinadas pela classe dominante, esse é um órgão essencial na manutenção dessas relações. Embora os teóricos do Estado creditem a ele a responsabilidade de administrar para o bem coletivo ou ser um instrumento para diminuir as desigualdades sociais, na realidade o Estado é um dos elementos que provoca a desordem e mantém a desigualdade como fator essencial na lógica do capitalismo. Na análise de Kropotkin (2000), Bakunin (2006) o Estado é uma representação do autoritarismo, um órgão criado para impedir a liberdade, e, somente com a sua aniquilação, juntamente com a ordem econômica capitalista é que será possível concebermos a liberdade na sua plenitude.

O período de 2010 e 2014 foram marcados por diversos enfrentamentos dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Pública Municipal de Goiânia, frente ao poder público municipal em Goiás, e que se assemelharam as diversas outras lutas por propagarem e serem contrários ao domínio sindical, partidário e de outras organizações institucionalizadas, esses movimentos autônomos que se espalharam pelos continentes evidenciaram a capacidade organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras em diversas partes do mundo . Essa capacidade organizativa se revelou no momento em que os trabalhadores e trabalhadoras foram capazes de perceber politicamente o verdadeiro papel dos sindicatos e partidos frente aos seus filiados que não é somente, mas principalmente intermediar bons resultados ao que é proposto e aceito pelos patrões e, na maioria das vezes, implodindo os interesses das categorias. A negação da representação sindical se dá frente a perda da credibilidade dessa instituição junto àqueles que a mesma se dispõe a representar .

Foi com o objetivo de romper com essa lógica que os profissionais de educação da Rede Pública Municipal em Goiânia durante as mobilizações e assembleias que culminaram em uma greve, iniciaram um processo de rompimento político com o sindicato representativo da categoria em 2010, o que proporcionou num primeiro momento a auto-organização do movimento grevista pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, que foram capazes de se articularem enquanto movimento evidenciando o autoritarismo da direção sindical. Este, para manter-se no poder diretivo, escancarou a política partidária daqueles que se intitulam defensores dos trabalhadores, deixando claro que tanto partido quanto sindicato intituam-se como pertencentes aos trabalhadores apenas como retórica, porque as

suas atuações, ações e concepções são em defesa dos seus grupos dirigentes e de uma política neoliberal que massacra os trabalhadores e não permitem uma participação direta dos mesmos em decisões que envolvem as suas lutas, há não ser para serem figurinos de um cenário pré-moldado pelas direções sindicais e partidárias.

CAPÍTULO II - O COMANDO DE LUTA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GOIÂNIA (2010 – 2014)

Em 2010, os trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede pública municipal em Goiânia iniciaram uma greve na qual a pauta de reivindicações teve como ponto principal o cumprimento da lei federal 11.738/08 que regulamenta o piso salarial nacional para os professores e cujo valor à época era de 1.312,85 (um mil trezentos e doze reais e oitenta e cinco centavos). Inicialmente o sindicato convoca as assembleias dos trabalhadores e trabalhadoras, mas se mostra resistente a decretar greve, mesmo mediante as pressões políticas dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. No dia 20 de maio, a categoria exige a deflagração da greve e decide não voltar ao trabalho. Ao término da assembleia a direção sindical se sente obrigada a acatar a decisão da maioria. Os trabalhadores propõem ações de greve com o objetivo de pressionar o governo municipal a negociar, mas o sindicato faz contraposições de ações e busca soluções mais amenas, propondo campanhas de doações de sangue e visitas a gabinetes de vereadores. Ao final do mês de maio, com aproximadamente onze dias de greve, o sindicato convoca uma nova assembleia, mas os trabalhadores já estavam atentos à movimentação sindical e acreditavam que o sindicato iria propor algo que não desagradasse ao governo.

Neste cenário político quem estava na gestão do governo municipal era o prefeito Paulo Garcia (PT), até então vice-prefeito do atual prefeito Íris Resende (PMDB). Numa coligação política entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), Paulo Garcia assumiu o governo municipal em primeiro de abril de 2010, permanecendo nesse primeiro mandato até 31 de dezembro de 2012. É nesse contexto que a política do governo, aliada à política sindical, é contestada pela categoria dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, sendo que boa parte da direção sindical nesse período era militante político ou simpatizante ao partido político do prefeito.

As condições relacionais entre o sindicato dos trabalhadores em educação (SINTEGO) e os trabalhadores da rede pública municipal em Goiânia e o poder público municipal, especificamente a secretaria municipal de educação, estavam complicadas. Num período compreendido entre 2010 e 2014, vivenciaram uma profunda radicalização em suas relações, ou seja, por um lado o poder municipal

tentava impor uma política de austeridade salarial aos trabalhadores e por outro os trabalhadores e trabalhadoras se organizavam contra a imposição dessas políticas. E ao meio estava o sindicato (SINTEGO) tentando impor aos trabalhadores e trabalhadoras a aceitação da política de austeridade salarial do governo municipal. Essas ações sindicais em defesa dos patrões ou de governos são conhecidas no meio sindical como “peleguismo”.

Assim, os profissionais de educação recorrem de forma frequente ao instrumento político denominado Greve, com o objetivo de resguardar ou melhorar as suas condições salariais e/ou de trabalho. Para se apossarem desse instrumento político por vezes agregador da categoria faz se necessário uma reorganização dos profissionais envolvidos através de suas categorias profissionais, para que haja as definições de ações, táticas e estratégias, que possam contribuir para as várias frentes de lutas e enfrentamentos que surgem durante os períodos grevistas, sendo os mais contundentes, a luta pelo pagamento do Índice de Reajuste Salarial, o cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional, a Manutenção de Gratificações e os pagamentos dos benefícios estipulados por diversas regiões do país, além dos enfrentamentos contra a burocracia punitiva do poder público e o seu aparato repressivo policial.

Foi em meio a essa realidade política do país e da cidade que os trabalhadores em educação na rede pública municipal de Goiânia passaram a se organizar, ainda que acreditando no sindicato representante da categoria, para exigir o cumprimento de pagamento do piso salarial nacional. Apesar das várias tentativas do sindicato em protelar a greve, no dia 20 de maio de 2010, em assembleia, os trabalhadores em educação decretaram greve geral na rede pública municipal de educação.

Esse fato gerador de tensões entre trabalhadores e a direção sindical manteve o seu cunho economicista, mas foi um momento político em que a ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras nas ruas participando das manifestações, das distribuições de panfletos em feiras livres, terminais de ônibus, igrejas foi considerado por muitos destes profissionais como um ato político educativo.

Com a maioria absoluta dos trabalhadores aderindo à greve, a direção sindical permaneceu com ações brandas, como: organizar os trabalhadores e trabalhadoras em atividades como visitar os gabinetes de vereadores e participar de

campanhas de doações de sangue. Com apenas onze dias de greve o sindicato fez uma convocatória de assembleia cujo objetivo seria acabar com o movimento grevista, apresentando uma proposta que em nada favorecia aos trabalhadores.

Neste momento, há então uma reação dos trabalhadores que optaram por continuar a greve e por se organizarem promovendo ações diferenciadas das ações propostas pela direção sindical. As ações do comando de greve foram as seguintes: distribuição de panfletos em terminais de ônibus pela cidade, feiras livres, igrejas, escolas e CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil), que ainda não haviam aderido à greve. O objetivo dessas ações era informar à população e aos colegas que tinham dúvidas sobre o processo continuado da greve os motivos pelos quais permaneciam na luta mesmo à revelia do sindicato.

Assim nascia o comando de greve, que num futuro próximo se transformaria em comando de luta permanente e que, baseado em princípios de não sindicalização da luta, não partidarização, mostrava que, acima de tudo, cada um representava a si mesmo e que unidos pela mesma causa poderiam conquistar melhores oportunidades de discussão política e educativa.

O movimento sustentou um período de greves subsequentes que correspondeu aos anos de 2010-2014, demonstrando a capacidade de auto organização e autogestão que os trabalhadores têm. Ao tomar consciência da sua exploração e saber que a representação sindical nada mais é que a representação de um pequeno grupo dentro da categoria, perceberam que não têm que se submeter à ditadura partidária ou governamental para usufruir de seus direitos, tampouco permanecer no sub julgo de questões políticas-partidárias.

No período de 2010-2014, as pautas de reivindicações se baseavam em alguns pontos essenciais para os trabalhadores, como a implantação e cumprimento da lei federal 11.738/08, que regulamenta o piso salarial nacional para os professores e professoras, plano de carreira para os administrativos, incluindo neste todas as demandas dos auxiliares de atividades educativas, pagamento integral do benefício auxílio locomoção e melhorias das condições gerais de trabalho (desde a estrutura física dos prédios, passando pela alimentação oferecida aos estudantes e chegando às discussões sobre a falta de inúmeros profissionais nas escolas).

Neste período a gestão municipal sempre reagiu buscando intimidar e desarticular o movimento grevista se utilizando de ameaças como corte de ponto dos dias não trabalhados, remanejamento dos trabalhadores que se encontravam na condição de contratos temporários e a utilização do seu aparato repressivo, que se manifesta através da guarda municipal e por vezes a polícia militar de Goiás.

As direções sindicais devem impedir formas de organização que questionem seu modo operante de agir. A greve de 2010 da rede municipal de ensino foi marcada pela rejeição da base da categoria em relação ao sindicato. A desconfiança em relação à prática desenvolvida pelo sindicato em relação à categoria crescia e culminou na rebelião frente a direção sindical, inclusive realizando a primeira assembleia sem a direção do Sintego. A perspectiva da ação direta e de enfrentamento em relação às propostas da direção marcaram essa greve, mostrando claramente que é possível a auto-organização e greves sem sindicatos.

Durante todo o desenrolar da greve foi nítida a postura de contrariedade dos dirigentes sindicais por a categoria estar em greve, tanto que estes não queriam convocar assembleia da categoria. Foi a pressão da categoria que fez com que fosse marcada uma assembleia. No desenrolar da mesma foi a categoria que pressionou para o indicativo de greve, que acabaria acontecendo na assembleia seguinte. Mas mesmo assim, o sindicato tentou esvaziar a própria assembleia através de informes propondo que a mesma deveria ser composta somente de representantes de escola e não de toda a categoria.

Com a greve deflagrada, a direção sindical adotou formas de tentar dissolvê-la, centralizando as reuniões na sede da CUT, resistindo às propostas de calendário, dificultando a organização dos comandos de greve. No entanto, a cada ato desses foi possível perceber, por parte da categoria, as posturas do sindicato o que agravava a situação de desconforto da categoria com a entidade representativa. Esse fato se repercutia nas assembleias, nas quais a direção sindical, a fim de confundir os trabalhadores optou como estratégia de dissolução do movimento marcando uma assembleia por semana para acabar com a greve; reafirmavam que o corte de ponto seria executado se a greve não acabasse.

No entanto, as posturas de vários professores (as) que assumiram a luta dentro dos comandos de greve, divididos por regionais, com grande participação de trabalhadoras mulheres, fazendo ações decididas pela base, sem consultar a cúpula

sindical feminina, foram elementos que permitiram com que a greve fosse conduzida pela categoria e não pelo sindicato.

Em que pese que no interior desses comandos as visões sindicalistas e autogestionárias (associadas a auto-organização e independência, além da crítica sobre os sindicatos), puderam se confrontar a cada instante, em permanente processo dialógico.

No entanto, a cada tentativa do sindicato em acabar com a greve, os defensores do sindicalismo recuavam, fato esse essencial para a continuidade da greve, ao ponto do comando de greve se tornar um dos interlocutores da greve, passando por cima das determinações do sindicato. No entanto, esse sindicato acabou encerrando com a greve, em uma assembleia na qual a categoria não votou, e o comando de greve permaneceu mais uma semana encerrando a greve em uma assembleia, auto-organizada sem sindicato, criando uma forma de organização na qual a categoria assume a tarefa de criar e executar ações para pressionar os governantes, independente dos dirigentes sindicais. Isso significa dizer que a luta organizada pelos profissionais da educação foi tão incisiva, independente e consistente que a greve, mesmo tendo sido compartilhada de modo confuso e sem operacionalidade via sindicato, permaneceu segura em seus propósitos independentes até que a categoria deflagrasse o fim do movimento.

Esse foi um fator de surpresa para os sindicalistas e as burocratas acostumados em fazer greve de gaveta, ou seja, nos escritórios dos governantes.

Para o SINTEGO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás) como qualquer outro sindicato, o medo da perda do patrimônio ou o tempo que dura uma greve, pode significar diminuição dos seus recursos, que segundo a lógica do sindicalismo no capitalismo, esse deve gerir os recursos para ampliar seu próprio patrimônio e capital. Segundo Pannekoek,

[...] Quando os dirigentes sindicais negociam com os patrões, já não estão em condições de arrancar grande coisa deles. Não ignorando o crescimento dos capitalistas e pouco interessados em combatê-los – já que lutas deste tipo trazem o risco de arruinar financeiramente as organizações e comprometer sua própria existência - estão obrigados a aceitar as propostas patronais. A sua principal atividade consiste em acalmar o descontentamento dos operários e apresentar as ofertas dos empregadores sob os aspectos mais favoráveis. [...] E

se os trabalhadores recusam estas ofertas e declaram greve, os chefes devem ou se opor a eles, ou então tolerar a luta na aparência, com intenção de fazê-la acabar o mais rápido possível (PANNEKOEK, 2011, p. 72).

Embora as colocações acima dizem respeito aos sindicatos privados, a lógica também se aplica ao sindicalismo dos setores públicos. Por exemplo: a greve de 2008, na Rede Estadual de Educação de Goiás, foi uma das mais longas da história dessa categoria, durando cinquenta e oito dias, e o seu desfecho acabou de uma forma trágica. A direção sindical, depois de trinta dias de greve, tentava acabar com a mesma. No entanto, a categoria resistia, o que fez com que a greve terminasse 28 dias após os constantes boicotes e sabotagens sindical contra a categoria de professores.

Porém, a maior sabotagem sindical foi não negociar com o governo, sob quais condições os trabalhadores voltariam ao trabalho após a greve. Nessa perspectiva os professores e professoras tiveram seus salários cortados, (corte de ponto). Já que essa greve encerrou-se sem nenhuma garantia mínima de não punição por parte do governo, lembrando que esta foi encerrada faltando apenas dois dias para o pagamento dos trabalhadores. No entanto, os acordos entre o sindicato e o governo do Estado ratificaram a decisão do último em cortar o ponto dos grevistas. Esse fato já era de conhecimento dos diretores do sindicato.

Para os dirigentes sindicais do SINTEGO o objetivo de desgastar o governo tinha se realizado, sendo assim, nada restou para a categoria, a não ser repor as aulas no mês de janeiro e amargar um prejuízo de dois meses de salários cortados, sendo esses recebidos apenas depois da reposição das aulas.

O sindicato, assim, mostrava a sua “força” perante a categoria, mostrando que o corte de ponto ocorreu em função da insistência dos profissionais em continuar com a greve, mesmo frente às advertências da direção sindical. O sentimento de indignação como esse fato cresceu nos professores da rede estadual, no entanto não foi suficiente para um rompimento tão intenso como ocorreu na rede municipal de Goiânia.

A atitude do SINTEGO em 2008, não foi um fato isolado. Em todas as greves que ocorreram desde 1979, essa tem sido uma forma utilizada para

demonstrar a “força e o controle” que a direção exerce em relação à categoria em prol de interesses político-partidários. As posturas combativas adotadas pelo sindicato variam conforme esses interesses que dominam essa estrutura. Por exemplo, em 2008 o desgaste em relação ao governo Alcides Rodrigues, favorecia a conjuntura das alianças entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa relação entre partido e sindicato é fundamental para entendermos as constantes greves que ocorrem nesse setor. As motivações partidárias são os elementos que levam os burocratas sindicais a deflagrarem as greves. Nas palavras de Canezin (2009):,

É perceptível no meio sindical a presença de basicamente três concepções que dimensionam a relação entre partido e sindicato. A primeira situa o papel do sindicato como limitado à defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores em face do capitalismo e, necessariamente, desvinculado das organizações políticas. Na segunda, o sindicato é a expressão das diretrizes postas pelas normas partidárias e, assim, é o partido que exerce ações no interior do sindicato. Na última, é a central sindical que articula nas esferas política e ideológica as reivindicações, substituindo, pois, o partido. Essas concepções, o mais precisamente as duas últimas, estiveram implicitamente presentes quando da filiação da entidade representativa dos professores à CUT, bem como na institucionalização do SINTEGO. Apesar disso não foram suficientemente discutidas em muitos segmentos da categoria, e, por conseguinte, o então CPG, correu o risco de assumir muito mais o papel de vanguarda do que de representante, já que, para representar a categoria ele deveria ser um espaço de informação e amadurecimento para o encaminhamento das decisões (CANEZIN, 2009, p. 266).

A análise feita pela referida autora representa uma postura em relação a creditar num papel ainda relevante ao sindicato, desde que esse aja de uma forma a “promover” o debate interno com a categoria. As concepções apresentadas não se diferenciam uma das outras, como a autora coloca, mas exemplificam as faces que o sindicalismo pode utilizar para iludir com discursos pragmáticos os interesses da burocracia sindical/partidária.

Esse fato fica exemplificado pela greve de 2010, que tinha como uma de suas bandeiras a questão do piso salarial nacional, além do enquadramento dos

auxiliares educacionais na prefeitura de Goiânia. Nesse caso, o sindicato atuou de forma a não deflagrar a greve, procurando intimidar qualquer manifestação nesse sentido. Esse fato ocorreu por causa da ligação dos burocratas sindicais com o Partido dos Trabalhadores (PT), que nesse momento assumia através do vice-prefeito Paulo Garcia (PT) a administração da prefeitura de Goiânia.

A presença do PT na direção do SINTEGO remonta desde a sua fundação, tendo a corrente política denominada Articulação Sindical, a mesma que se fazia presente na direção da Central Única dos trabalhadores (CUT), como sendo dentro do partido a corrente política dominante. Nessa perspectiva as estratégias de luta adotadas pelo sindicato são sempre pautadas em não desgastar a imagem do partido, principalmente quando este ocupa os governos.

Para Ataídes (2005), as relações entre o PT/SINTEGO são visíveis na representação dos seus presidentes que fazem ou fizeram parte do partido, da luta política desenvolvida pelo partido no estado de Goiás entre as décadas de 1980 e 1990, tendo, à época, o PMDB como o grande “inimigo”. Isso ao ponto de que na eleição de 1998 vários membros do partido e da direção sindical apoiaram o candidato do PSDB ao governo. Este, por sua vez, retribuiu o apoio no segundo turno da eleição para prefeito de Goiânia em 2004, no qual o inimigo a ser batido era Iris Rezende Machado, “cacique” do PMDB. Depois dessa eleição houve uma redefinição das forças, e o PT passou apoiar o PMDB e atacar o PSDB. O jogo político partidário se deflagra a cada eleição.

Os exemplos da greve de 2010 na prefeitura de Goiânia e o que aconteceu com os professores e professoras da greve do estado em 2008 mostram que, em um processo de luta, as chamadas “garantias evocadas pela organização sindical”, não passam de ilusões, já que na luta concreta o enfrentamento e as conquistas são frutos da capacidade de resistência da categoria através de ações diretas.

As questões pertinentes ao sindicalismo e aos autogestionários continuaram se enfrentando nesse cenário, ao ponto que eclodiu uma greve em 2013, convocada pelo Comando de Luta, movimento que surgiu depois da greve de 2010.

Alguns membros do comando de luta ligados à perspectiva sindical acabaram por fundar um sindicato e tentaram, pelas vias legais, a regularização do mesmo. Diante disso, o SINTEGO entrou na justiça e conseguiu proibir a filiação dos

trabalhadores a esse novo sindicato, já que o mesmo não possuiu a carta sindical. Os membros, então do SIMSED (Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia), foram obrigados a evocar os princípios da auto-organização e da possibilidade da greve sem sindicato.

As greves em educação mostram o descaso que o Estado tem em relação à educação em relação à classe trabalhadora e a perpetuação de um padrão de desigualdades que se baseia na chamada “diferença sexual” e na moralidade da qual o ser homem, mantenedor da família, detém as condições necessárias para uma contínua exploração da mulher, ao passo que também é explorado em condições de relações de gênero.

Os trabalhadores e trabalhadoras em educação, os alunos e alunas e suas famílias são as grandes vítimas desse processo. Embora o enfoque dessas greves sejam os salários e as péssimas condições de trabalho, os movimentos conduzidos pelos sindicatos levam sempre a categoria a depositar ilusões em relação a mudanças de governo dentro do estado, criando uma mistificação que existirão governantes melhores que os outros, sem perceber que os ganhos em um determinado mandato podem ser retirados em outros, conforme a conjuntura econômica e a capacidade de reação da categoria.

2.1- MOVIMENTO AUTO-ORGANIZADO – O COMANDO DE GREVE

O movimento Comando de Greve teve início em 2010, com discussões suscitadas por alguns professores da Escola Municipal Nova Conquista, situada na região noroeste de Goiânia. Essas discussões se davam acerca de uma votação que iria ocorrer na Câmara Municipal de Goiânia, e versava sobre o Piso Salarial Nacional. O SINTEGO havia tomado conhecimento da votação, mas não havia convocado a categoria para acompanhar esse processo.

A partir dessa tentativa de votação que seria realizada na Câmara de vereadores (o que acabou por não acontecer), o SINTEGO foi pressionado a chamar a categoria para uma assembleia, que foi realizada na feira coberta de Goiânia, no setor Sul, onde ocorreu o primeiro enfrentamento entre trabalhadores e trabalhadoras da base sindical e a direção do sindicato, notadamente “pelego”.

O surgimento da experiência de auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras na educação pública municipal em Goiânia ocorre mediante uma gigantesca estrutura sindical que abarca não somente servidores do município como também do estado. Por que, afinal, surge uma experiência de auto-organização no município de Goiânia, se os trabalhadores da educação já têm uma instituição tão grande e consolidada? A resposta é justamente esta: o SINTEGO é uma instituição e como tal é parte integrante da normalidade burocrática típica das instituições educacionais públicas.

O SINTEGO, instituição que pretensamente representa os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública municipal e estadual em Goiás, na verdade, é uma instituição sindical dirigida pelo Partido dos Trabalhadores há várias décadas e no decorrer dos tempos constituiu um considerável patrimônio administrativo, arrecadando vultosos recursos financeiros, principalmente, com o imposto sindical obrigatório.

Esse sindicato, embora poderoso, vem ao longo dos anos enfrentando sucessivos desgastes políticos junto aos trabalhadores da educação. As práticas efetivadas pelo SINTEGO, seja de negociatas, seja manipulação de assembleias ou quaisquer questões fundamentais, produziu no conjunto dos trabalhadores, tanto da esfera estadual quanto municipal, uma grande desconfiança com relação a esta instituição.

Em todo movimento grevista que se verificou no município de Goiânia há vários anos, sempre surge um instrumento organizativo que atua paralelamente ao SINTEGO. Esta organização, que é a greve, explode à medida que se estabelece e surge como alternativa dos trabalhadores e trabalhadoras para enfrentar o aparato sindical do SINTEGO, que o utiliza para desmobilizar as movimentações que surgem de modo espontâneo em meio aos trabalhadores e trabalhadoras, sem a iniciativa da direção burocrática sindical e com vistas sempre a evitar as greves ou não deixa-las ultrapassarem trinta dias. Cabe aos trabalhadores e trabalhadoras evitarem as manipulações que esta instituição sempre procurou efetivar durante os movimentos grevistas.

O Comando de Greve exerceu, desde sua formação, o papel de encaminhar inúmeros processos da greve, desde a elaboração e produção de panfletos,

passando pela colocação de pautas frente as indicadas pelo SINTEGO, até a deflagração de ações cotidianas durante o período em que os profissionais da educação estiveram em greve. Contudo, ao findar o movimento, findava-se também o Comando de Greve. Como alternativa exclusiva de organização dos trabalhadores da educação, o Comando de Greve tinha sempre um caráter efêmero, embora sempre houvesse uma preocupação dos vários trabalhadores da educação em tentar manter a organização para além do movimento grevista.

O ano de 2010 é emblemático neste processo. O SINTEGO não queria a greve, mas pela ação dos trabalhadores em 20 de maio de 2010, o sindicato se viu obrigado a aceitá-la. Após várias assembleias convocadas pelo sindicato, o qual tentava manipulá-la para que não se tirasse indicativo de greve, tampouco se colocasse em votação a adesão ou não à greve, os trabalhadores, com todas as dificuldades de acesso ao carro de som, pois o sindicato dificultava isto ao máximo, conseguiram com que se colocasse em votação a proposta de greve e a mesma foi deflagrada. A força dos trabalhadores derrubava o sindicato e trazia à tona todas as insatisfações com essa instituição e com o próprio governo.

A deflagração da greve, mais uma vez, leva os trabalhadores e trabalhadoras da educação municipal a se organizarem e se movimentarem em torno do comando de greve evidenciando os interesses diretos da categoria em contraposição aos interesses da direção sindical burocratizada que diz “representar” da categoria. Assim a incompatibilidade de interesses caracteriza a destituição da representatividade, que de fato passa a existir somente nos meios políticos burocráticos institucionalizados e, de concreto, a própria categoria assume os rumos do movimento que se torna autônomo e independente.

Da mesma forma, também é nítida a diferença entre a organização que os trabalhadores criam para encaminhar sua greve contra seu sindicato que, em tese, deveria ser o principal condutor do processo grevista. Em outras palavras, o Comando de Greve surge em oposição ao sindicato, ao SINTEGO. Ou seja, trata-se de uma forma de auto-organização em oposição a uma instituição burocratizada, hierarquizada, presa ao jogo político e jurídico e com um direcionamento estabelecido pela política partidária que a sustenta.

Enquanto o sindicato tentava por todas as vias institucionais possíveis enfraquecer o movimento grevista, como fez o SINTEGO ao ir a várias escolas desmobilizando os trabalhadores e trabalhadoras para não irem à assembleia de deflagração da greve, os trabalhadores e trabalhadoras organizados através do Comando de Greve encaminhavam várias ações tentando, ao contrário da base sindical, fortalecer o movimento grevista. A oposição, portanto, se estabelece de imediato. De um lado, a instituição sindical; de outro, a organização autônoma dos trabalhadores, o Comando de Greve. Essa possível liberdade representou o desejo do grupo de profissionais e marcou a história do movimento grevista dos professores e professoras do município de Goiânia. Ela tornou-se um marco na história das instituições sindicais em nosso Estado e provou que o movimento organizado e gerenciador de seus próprios interesses pode mover toda uma categoria.

As sucessivas “traições” do SINTEGO (sua dependência política e partidária que promove acordos que não favorecem seus associados) colocaram aos trabalhadores e trabalhadoras a necessidade de criarem uma organização que efetivamente fosse sua, e esta foi a base de construção do Comando de Greve. O caminhar da greve de 2010 aclarou para todos os participantes e observadores do processo a visível contradição entre o que a categoria queria e o que o SINTEGO promovia. A nítida oposição se manifestou nas práticas de cada um. Enquanto o SINTEGO se restringia a convocar sucessivas assembleias com o fim de liquidar a greve e desqualificar as falas dos profissionais da educação durante as manifestações, o Comando de Greve realizava inúmeras atividades com a finalidade de fortalecer, divulgar e organizar o movimento grevista. As pautas eram discutidas constantemente e coletivamente, o que tornava o movimento mais forte a cada dia.

No Jornal do Comando, publicado em fevereiro de 2011, está presente uma boa descrição das atividades realizadas pela categoria através de sua estrutura organizativa. Da deflagração da greve em 20 de maio de 2010 até o seu término em 29 de agosto, o comando de greve realizou um conjunto de atos que de fato abalaram a estrutura do SINTEGO, bem como agitou com a poderosa prefeitura de Goiânia, que não tinha nenhum controle sobre a categoria em movimento. *Este foi, de fato, um autêntico movimento autônomo dos trabalhadores da educação no município de Goiânia.* O jornal produzido pelo Comando, produzido a partir das manifestações e reuniões constantes dos trabalhadores e trabalhadoras da

educação, circulou intensamente em 2011, entre os profissionais da educação e nas comunidades locais. (Ver jornal do Comando de Luta em anexo I).

Mas as ações da greve encaminhadas pelo Comando de Greve revelaram também outros sujeitos no processo: notoriamente a Guarda Civil Municipal. Tradicionalmente esse grupo sempre se estabeleceu como uma instituição dedicada a resguardar o patrimônio público. À época passou também a exercer atividade repressiva e, em algumas oportunidades, executou esta função em relação aos trabalhadores em greve. Ou seja, mais uma instituição que se coloca no campo oposto aos trabalhadores e à favor da burocracia governamental, independente das funções que lhe são cabíveis e legalizadas pelo concurso público. Mas, além disso, é necessário observar que também as instituições que em tese deveriam defender os “interesses do cidadão”, como Ministério Público, mostrou-se operante no campo político partidário e simplesmente desconsiderou todas as denúncias feitas pelo Comando de Greve sobre superfaturamentos, processos sem licitação e tantas outras denúncias, inclusive documentadas, que foi feita à época. Finalmente, há que destacar o papel dos meios oligopolistas de comunicação, que através da TV Anhanguera, TV Serra Dourada, Rede Record (redes televisivas de maior alcance público no Estado) com seus telejornais e jornais impressos atacaram os professores e, portanto, o Comando de Greve, de todas as formas. Tinham, para tanto, o apoio do próprio Sintego, que declarava publicamente não desejar a continuidade da greve.

Assim, se um balanço é possível ser feito, os trabalhadores são obrigados a reconhecer que não têm aliados. Isto vale para os trabalhadores da educação, da saúde, operários, camponeses, desempregados, ou seja, as alianças e solidariedade vêm apenas do conjunto das classes trabalhadoras e movimentos sociais populares organizados.

O Comando de Greve, então, durante todos os meses da greve executou um conjunto de atividades como, por exemplo: serenata na porta da casa do prefeito, manifestação em inauguração de obras do executivo municipal, panfletagens em terminais de ônibus e feiras livres, participação em entrevistas de rádios, realização de passeatas, reuniões constantes para sustentar as pautas de reivindicações, *ou seja, o Comando de Greve, através da ação direta, colocou a greve efetivamente em movimento.* Fato a destacar é a participação não substancial do conjunto da

categoria em grande parte dos atos realizados pelo Comando de Greve. Isto, contudo, não anula a importância e papel que esta organização teve na condução da greve. Pelo contrário, se o Comando não existisse, a greve não teria se consolidado por tanto tempo, pois o SINTEGO a teria liquidado muito antes.

Fato curioso a ser observado refere-se à assembleia convocada pelo SINTEGO em 19 de agosto de 2010. O jornal do Comando assim relata o fato:

Logo no início acontece um golpe: a presidente do Sintego afirma que a diretoria do Sindicato não iria dar continuidade à greve e se retira empurrando os presentes aos gritos de destituição. A assembleia continua e os presentes mantêm a greve. A decisão foi protocolada na SME e a Ata registrada em cartório. Ainda neste dia o carro da presidente do Sintego é cercado no momento em que saía de uma coletiva de imprensa em que noticiava o fim da greve (COMANDO DE LUTA, 2011 – em anexo).

O SINTEGO convocou inúmeras assembleias para findar o movimento grevista sendo sempre derrotado pela oposição feita pelo Comando de Greve, mas, sobretudo, pela categoria que não queria sair da greve sem nenhuma garantia ou sucesso. Esta foi a tentativa desesperada da diretoria do SINTEGO. Decretou o fim da greve contra a vontade da assembleia. Naturalmente que os trabalhadores assumiram o controle da assembleia e deliberaram pela continuidade da greve, que foi, aos trancos e barrancos, contra e apesar do sindicato até 29 de agosto de 2010.

Esta greve acabou por decretar definitivamente o fim da influência política do SINTEGO junto aos trabalhadores da educação municipal de Goiânia. Diferentemente das greves anteriores que ao findar do movimento, findava-se também o Comando de Greve, esta manteve a organização. Com o término da greve, os trabalhadores que participavam efetivamente do Comando decidiram manter a organização. Mudaram o nome de Comando de Greve para Comando de Luta. *O que era uma organização temporária necessária para encaminhar as demandas da greve converteu-se em uma organização permanente com a intenção de encaminhar os debates políticos, condições de trabalho etc. da categoria.* Esta acabou por consolidar-se como uma organização legítima, ou seja, reconhecida pelo conjunto dos educadores, conquistando a confiança da categoria no processo de luta.

2.2 - O COMANDO DE LUTA AUTO ORGANIZADO PELOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO: O SURGIMENTO DE UM NOVO SINDICATO

O Comando de Luta foi uma organização autônoma, ou seja, uma experiência de auto-organização. É, portanto, independente tanto do SINTEGO, quanto da SME (Secretaria municipal de Educação de Goiânia) bem como dos partidos políticos, embora houvesse dentro do Comando de Luta pessoas ligadas a partidos políticos. O fato, contudo, de haver pessoas ligadas a partidos políticos no interior do Comando de Luta não nos permite afirmar que os partidos tenham aparelhado esta organização, ou seja, que a tenham utilizado para seus fins partidários particulares. Como organização dos trabalhadores, o Comando de Luta passa a efetivar debates, atos, publicação de jornal, distribuição de panfletos como forma de mobilizar a categoria, bem como informar, da maneira que lhe era possível, o conjunto da população goianiense acerca dos problemas da educação pública municipal.

Os debates que se travam dentro do novo Comando de Luta não tardam e logo duas tendências se opõem no interior da organização. Uma que intencionava institucionalizar o Comando de Luta, ou seja, torná-lo um novo sindicato e outra que defendia a manutenção do Comando como forma de organização não institucionalizada e autônoma. Este debate arrasta-se por algum tempo, até que os que defendiam a não criação do sindicato saem do Comando de Luta. Os demais que continuam com esta proposta, encaminham a criação do novo sindicato, e no dia 8 de dezembro de 2012 realizam a assembleia de fundação da nova entidade denominada Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia – SIMSED.

O Comando de Luta deixa de existir e em seu lugar aparece o SIMSED, que carrega consigo a trajetória e o histórico de lutas efetivadas pelo Comando de Luta. O SIMSED, a partir de então, realiza várias atividades: participa de mobilizações nacionais de luta pela educação, publica jornais, realiza atos contra o SINTEGO e a SME, promove reuniões constantes para discussão das demandas da educação municipal e promove o permanente debate em torno de todas as questões que regem a educação do município de Goiânia.

Em 2013, novamente se inicia a ascensão do movimento grevista no município de Goiânia, mas agora, diferentemente das greves anteriores, que eram convocadas, dirigidas e encerradas pelo SINTEGO, surge outra realidade. A figura do SIMSED já começa a aparecer de maneira mais clara. O SIMSED, do ponto de vista jurídico, ainda não pode ser considerado sindicato, pois não tem a carta sindical, documento indispensável para reconhecimento jurídico da entidade. Por causa desta característica entre outras coisas, o SIMSED não assume as convocações de assembleia, nem assina os documentos como SIMSED, mas ainda como Comando de Luta ou Comando de Greve e, às vezes, como Comando Sindical, criando certa confusão proposital acerca de qual das possíveis organizações estaria à frente das mobilizações. O fato é que o novo movimento grevista inicia-se afastado do SINTEGO.

O Comando convoca algumas assembleias para debater um problema que ameaça o conjunto dos trabalhadores da rede municipal: a retirada à revelia de uma gratificação chamada “difícil acesso” que garante a quem mora a certa distância da escola onde trabalha sua chegada em tempo hábil. A proposta da prefeitura consiste em reduzir o valor da gratificação pela metade para os que a recebem e passar a pagar o mesmo valor para todos os professores da rede. Isto gera um descontentamento e novamente, juntamente com outras pautas, a categoria se coloca em movimento e as assembleias convocadas pelo Comando aglutinam milhares de trabalhadores, números que o SINTEGO há anos não conseguia somar.

Enfim, após três assembleias é novamente deflagrada a greve na prefeitura municipal de Goiânia. Mas aí surge a questão: pode o SIMSED, que não estava atuando como sindicato regularizado, deflagrar greve? Independentemente da questão jurídica, o fato é que a categoria entra em greve e não foi nenhum sindicato que a outorgou. A luta passa então totalmente a ser conduzida pelo Comando de Greve, não tendo, neste lugar, nenhum significado a figura institucional do SIMSED, posto que ele ainda não atuava como sindicato. A greve se radicaliza, assembleias com duas mil, três mil pessoas. A greve é conduzida pelo Comando, mas sempre mostrando tensões. Dentro do Comando conflitam diretamente duas tendências, uma que se esforça para manter o caráter autônomo e não institucionalizado do Comando e outra que tenta afirmar a figura política do SIMSED junto à categoria de professores do município.

No dia 08 de outubro de 2013, o SIMSED, juntamente com parte da categoria, ocupa a Câmara de Vereadores de Goiânia, conduzindo todo o movimento grevista para aquele espaço. Do ponto de vista político, para a categoria, esta greve significou, em grande medida, a desarticulação do então Comando Luta. O SIMSED, mesmo que ainda sem assinar e se declarar publicamente, assume a direção da luta. Ainda, como saldo político da greve de 2013, que se estende de 24 de setembro a 21 de outubro, pode-se destacar: a) a categoria aceitou e defendeu a ideia de que é possível fazer greve sem sindicato. Esta é a principal vitória da categoria como saldo desta greve; b) em contrapartida, o SIMSED saiu como controlador, dirigente do movimento grevista, o que inicia um problema para o movimento autônomo dos professores do município de Goiânia.

Ao se colocar como sindicato dirigente do movimento grevista em 2013, o SIMSED, negocia um fim de greve com o poder Público Municipal, que não agrada a todos. A experiência de auto organização ainda tinha suas nuances entre os trabalhadores e trabalhadoras da educação e, em 2014, tal fato se repete: o SIMSED se impõe enquanto grupo diretivo do movimento grevista e prossegue nas negociações com o poder Público. (Ver documentos de acordos do fim das greves em anexo II).

Em 2014, novas perdas e processos de sucateamento das instituições de ensino e seus profissionais dentro da Prefeitura de Goiânia vão conduzindo os professores da rede à deflagração de uma nova greve. Tal como em 2013, as assembleias que culminaram na greve não são convocadas diretamente pelo SIMSED, mas sim por Comando de Luta/Comando Sindical. Mesmo no Blog do SIMSED parece a chamada: Comando Sindical. Em que pese tudo isto, a greve de 2014 foi totalmente conduzida pelo SIMSED. Não houve oposição organizada, embora tenha havido discordâncias internas entre antigos militantes membros do Comando de Luta, bem como por professores que não se destacam politicamente dentro das atividades dos movimentos grevistas. A não adesão de grande parte das escolas a esta greve revela um pouco deste fenômeno. Falta-nos uma estatística sobre isto, mas foi notável que, em relação à greve de 2013, que obteve rapidamente a adesão de quase todas as escolas, a greve de 2014 só conseguiu poucas adesões e parte destas voltaram rapidamente às atividades cotidianas à revelia de decisões em assembleia.

A greve teve início no dia 26 de maio e se encerrou no dia 4 de julho de 2014. Uma das principais demandas levantadas era o descumprimento por parte da prefeitura de Goiânia em relação aos acordos retirados da greve de 2013¹. Devido a inúmeras questões pelas quais vinha passando a administração municipal de Goiânia, principalmente com problemas em suas contas, é protocolado pela categoria, via Comando de Greve, um pedido de *impeachment* para o prefeito Paulo Garcia. A votação, na Câmara dos Vereadores é realizada no dia 10 de junho de 2014. Por vinte votos contra, nove a favor e uma abstenção foi rejeitado o pedido de *impeachment*. Neste momento, parte da categoria ocupa a Câmara e interrompe a sessão. Esta ocupação, aos moldes do que já havia sido feito em 2013 continua até o término da greve, sendo a desocupação o ato simbólico que finaliza o movimento grevista.

A ocupação da Câmara dos Vereadores já estava prevista, antes mesmo da votação. Não estamos aqui colocando em segundo plano o empenho político dos vários trabalhadores da educação que militaram nesta greve, mas sim destacar o saldo político que dela pode ser deduzido. *Em 2014, o SIMSED sai como o grande dirigente da luta. Em 2014, o Comando de Luta é liquidado.* A figura do Comando de Greve, que se estabeleceu desde a greve de 2010 como uma organização contra o SINTEGO, está agora, embora isto não seja explicitado em nenhum documento público, subordinada ao SIMSED.

Se uma conclusão do movimento político encerrado na greve de 2014 é possível, esta só pode ser a declaração de uma paralisação do avanço do movimento autônomo que os trabalhadores da rede municipal vem construindo há alguns anos. Os compromissos que a greve conseguiu arrancar à prefeitura não anulam isto. A repressão que sofreram os trabalhadores (corte de ponto, sindicância contra dois membros do SIMSED/Comando de Greve etc.) não anula este passo atrás que o Movimento dos trabalhadores da educação está dando. A possibilidade de institucionalização do SIMSED e seu reconhecimento por amplos seguimentos da categoria como legítimo representante dos trabalhadores implicará numa volta das lutas à institucionalidade típica das instituições burguesas. Os trabalhadores da educação devem atentar-se para este fato e retomar as lutas no estágio que a

¹ Para maiores informações sobre as pautas das greves de 2013 e 2014, cf. o blog do SIMSED: <http://simsed.blogspot.com.br/>.

deixaram em 2013: auto-organizada, não institucionalizada, marcada pela ação direta (passeatas, assembleias etc.).

“O desenvolvimento dum sindicalismo sólido exige certas condições. A dura existência em um mundo onde tudo é permitido aos exploradores, onde reinam as proibições e o arbítrio policial [...]” (PANNEKOEK, 2011, p.113).

De toda a análise realizada até o presente momento algumas considerações se impõem, apesar de não significarem o encerramento da análise. Representam, na verdade, a necessidade de pontuar conquistas reais que os trabalhadores da Educação arrancaram do poder Público Municipal ao longo de todo esse processo. As conquistas não são apenas salariais ou de melhoria nas condições de trabalho. Elas são muito mais profundas e vão muito além do que as “migalhas” que as classes dominantes cedem aos trabalhadores quando estes se organizam e lutam.

Os sindicatos se consolidam no princípio da representatividade, ou seja, o sindicato age e fala em nome dos trabalhadores. O fato de ser reconhecido ou legitimado em assembleia da categoria não anula tal afirmação. Assim como os sindicatos, também os partidos políticos se organizam e agem de acordo com o princípio da representatividade. Sua busca pela representação nas várias esferas parlamentares.

O Movimento Comando de luta, em sua organização interna não assumiu nenhuma hierarquização de cargos ou funções. Organizava-se com o princípio básico de que cada um se representa e, de acordo com as deliberações ocorridas em reuniões, àqueles que se propunham ficavam encarregados de realizar determinadas tarefas, tais com o apoio aos demais colegas. O espaço de fala era livre para todos expressarem suas ideias; os locais de reuniões eram normalmente algum canto da praça universitária (embaixo de árvores, de espaços gramados ou bancos de concreto) ou sala de aula da faculdade de educação da UFG (Universidade Federal de Goiás). As longas reuniões careciam de uma pausa para o lanche que ocorria de forma compartilhada, cada qual contribuía com o que lhe era possível, o almoço era bancado de modo individual, cada um pagando o seu (na fase inicial de reuniões), mesmo porque o Comando de luta não dispunha de recursos financeiros para custear os gastos necessários. Todas as despesas de

greve eram bancadas pelos integrantes mais participativos e os demais profissionais da categoria que se propunham a fazer doações, além de outras oblações dos chamados movimentos sociais e pessoas físicas simpatizantes a causa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

As reuniões ocorriam quase sempre em horários estratégicos: 08 h, 14 h ou 18 h. À medida que foi se consolidando o movimento, a solidariedade se ampliava e os integrantes do comando de luta passaram a fazer um rodízio de transporte que funcionava da seguinte forma: as pessoas que moravam na mesma região, vizinhança, proximidade davam carona aos demais e no dia seguinte outro companheiro disponibilizava o carro, tanto na ida quanto na volta; quanto à alimentação, foi promovido o sistema de quotização e as demais ações eram custeadas com doações. Esse processo de doação foi levado aos encontros gerais com a categoria, nas assembleias do Comando de Luta, como forma de autofinanciamento. Foram atitudes fundamentais para a manutenção do movimento e da solidariedade que permitiram a construção de uma consciência política de luta, inclusive sobre as formas de atuação sindical e, principalmente, do sindicato SINTEGO. Além disso, promoveu uma efetiva compreensão do funcionamento das instituições burguesas, que demonstraram um conservadorismo extremo e enorme descaso com as lutas reivindicativas dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Cada passo desse processo foi discutido coletivamente e todos puderam se manifestar sobre as grandes e pequenas ações cotidianas de luta.

O autofinanciamento das greves provocou o endividamento financeiro de vários participantes, mas por outro lado consolidou a capacidade de atuação do Comando de luta num período de quatro anos que se justificou pela credibilidade adquirida diante da categoria de professores/professoras. Após esse período ocorreu a dispersão do Comando de Luta por diversos fatores: o desgaste físico e psicológico das pessoas, as disputas políticas, a pressão externa e interna pelo direcionamento do movimento, as tentativas de vinculação do movimento a partidos políticos e as chamadas organizações de ‘esquerda’, a tentativa de buscar apoio junto ao governador do Estado, a campanha do voto nulo, a tentativa de institucionalização do movimento, a busca por apoio de vereadores dentre outros acontecimentos. Todos esses fatores provocaram cisões, disputas, desconfianças e banimentos que indiretamente conduziram o Comando de Luta há uma dispersão

que resultou na formação de um outro sindicato por aqueles que, em menor grupo, buscavam essa estruturação desde a fase inicial das lutas, mas que passaram a manifestar esse desejo de construção sindical com mais ênfase ao final de inúmeros embates ocorridos internamente no movimento.

Esses movimentos autônomos que se espalharam por Goiânia e por diversas cidades do Brasil (principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e também pelo continente Europeu, América do Norte, África e parte da Ásia evidenciaram a capacidade organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras em diversas partes do mundo. Essa competência se revelou em nossa capital no momento em que os trabalhadores e trabalhadoras foram capazes de perceber politicamente o verdadeiro papel dos sindicatos frente aos seus filiados, papel de intermediar bons resultados ao que é proposto e aceito pelos patrões, e compreender que na maioria das vezes os sindicatos vão implodindo os interesses das categorias e tornando-se uma instituição instrumentada para desviar os propósitos fundamentais das lutas dos trabalhadores. Portanto, a negação da representação sindical se dá frente a perda da credibilidade dessa instituição junto àqueles que a mesma se dispõe a representar.

As experiências de auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública municipal de Goiânia, em luta por melhores salários, pela manutenção de benefícios e melhores condições de trabalho se dá num contexto político, no qual foi sempre presente a preocupação com a não burocratização e partidarização dos movimentos autônomos, mas especificamente, os trabalhadores e trabalhadoras em educação pública do município de Goiânia buscaram durante todo esse período de lutas não deixar o movimento denominado Comando de Luta trilhar os rumos da burocratização, institucionalização ou da partidarização.

Movimentos autônomos, como foi o Comando de Luta, carregam consigo a prerrogativa de combaterem sempre os partidos e sindicatos mesmo aqueles que se intitulem de “esquerda”, porque entendem que todos eles são constituídos pela retórica, a enganação, a desonestidade como princípio de atuação política, mas ao serem descobertos continuam a sua trajetória de “ILUSIONISTAS ” em prol da revolução. Não que os trabalhadores sejam incapazes de perceber as manobras sindicais ou partidárias, ao contrário, é nos momentos intensos de lutas que demonstram sua força e coragem enfrentando a burocrática direção sindical.

CAPÍTULO III - O CONTEXTO HISTÓRICO DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010–2014 QUE INFLUENCIARAM POLITICAMENTE O COMANDO DE LUTA

De acordo com Gohn (1995), “a priori os movimentos sociais aparecem em registros como acontecimentos-marginais, como disfunção a ordem vigente”. Isso nos permite dizer que na lógica da sociedade burguesa tudo que questiona o seu funcionamento é marginal, daí a insistente manipulação da mídia em propagar que manifestar só é possível de forma ordeira democrática e responsável. Sabem eles que a desordem, a desobediência é o fim da burguesia; as greves, as manifestações, os protestos, os atos públicos em grandes proporções sem o controle sindical ou partidário, seria a derrocada da burguesia, por isso é recorrente o aparato repressivo do Estado nas ruas diante dessas situações.

O Estado estabelece normas e regras dentro de um preceito democrático, mas de modo geral esse pressuposto é travestido de um profundo autoritarismo. A democracia existe para aqueles que obedecem em silêncio, sem questionamentos. Essa é uma das formas de controle da população; é a ameaça de punição velada: se protestar o Estado democrático e suas leis reagirão de forma veemente, como tem acontecido ao longo da história da construção democrática no mundo, podendo ceifar a sua vida como fizeram em várias partes do mundo entre os anos de 2010 – 2014, por exemplo, quando diversos protestos explodem pelo mundo.

O ano de 2013 foi atípico no Brasil, visto que um grande contingente de pessoas se lançou às ruas para se manifestar contra governos, partidos políticos, sindicatos, aumento das tarifas do transporte urbano de péssima qualidade e a realização da copa do mundo que seria em 2014 com excessivos gastos públicos. A grande maioria das manifestações e protestos foram duramente reprimidas pelo aparato repressivo do Estado se valendo de toda força brutal e letal. Neste período o Governo Federal era administrado pelo PT (Partido Dos Trabalhadores), que não se furtou em defender os interesses do grande capital que neste exato momento estava focado nos fins lucrativos do gigantesco evento esportivo internacional. O Povo sabia por antecipação que o país pagaria um alto custo pelos jogos, os investimentos para realização da copa do mundo poderiam ter sido utilizados para melhorias na saúde, educação transporte, segurança preventiva, moradia, espaços

para o lazer e tantas outras necessidades eminentes. Mas o autoritarismo dos governos representantes legítimos do grande capital, não se conteve e colocou em ação os seus projetos, que foram seguidamente denunciados por serem implantados sob a tutela da corrupção, do favorecimento e do desvio de verbas.

O estopim para o início das mobilizações foi a questão do aumento das tarifas de transporte coletivo em várias cidades brasileiras. Começou-se, já no mês abril, um conjunto de ações de grupos auto-organizados (...)” (ANJOS, *et al.*, 2013, p. 6).

As contínuas e maciças mobilizações de rua em várias cidades do país, cujos gritos e palavras de ordem expressavam a insatisfação e indignação frente à precarização da vida nas cidades, eram reflexo também do aumento do custo da vida, da inflação, do endividamento, do desemprego, da falta de transporte público de qualidades, da marginalização, abandono e exclusão de milhares de pessoas pertencentes às classes mais pobres e residentes nas gigantescas periferias das grandes cidades.

Diversos ativistas militantes políticos, trabalhadores e trabalhadoras foram presos e mortos durante os confrontos e isso prova a violência do Estado contra aqueles que estão dispostos ao enfrentamento. Então, faz-se necessário equalizar a capacidade reativa da população para o enfrentamento com o aparelho repressivo do Estado.

Os Países em que ocorreram protestos e manifestações mostraram através das suas populações a saturação e o esgotamento das pessoas frente a um mundo de mentiras e incertezas que a grande mídia globalizada procura esconder das populações. São situações de caos em todos os setores, mas essa grande mazela social espalhada pelo mundo também é fonte geradora de riquezas. A mídia – e todo o seu aparato político – nunca foi tão odiada quanto em 2013 – 2014. O desnudamento das mentiras impostas pela mídia, o desserviço prestado para as populações em prol da classe dominante foram também fatores incontestáveis de repúdio nessas revoltas.

No Brasil, a grande mídia nacional assumiu o lugar de “advogada” do grande capital e dos setores reacionários e conservadores da nossa sociedade, tecendo comentários tendenciosos e reforçando constantemente, em tom pejorativo ou

moralista, o julgamento falacioso em relação aos manifestantes: eles foram enquadrados, principalmente pela Rede Globo de televisão, como baderneiros, vândalos e encapuzados dando uma conotação de marginais, de banditismo e desordeiros perigosos, que precisavam ser combatidos pelo Estado em nome da manutenção da Ordem em defesa das propriedades representativas do grande capital como bancos e financeiras. A grande Mídia permaneceu, durante os protestos e manifestações, com o discurso voltado para a criminalização dos movimentos tentando invocar o que chamavam de “direito democrático de se manifestar”, desde que dentro das normas e regras impostas pelo Estado, ou seja, não há saída para quaisquer mudanças dentro dessa lógica unilateral do poder.

Entre os anos de 2013 – 2014, os movimentos estudantis mais uma vez tiveram significativa participação nos protestos e manifestações de ruas contra os governos e suas políticas públicas de coação, empobrecimento e exploração da população que resultam em desempregos, falta de atendimentos básicos na saúde, educação, moradia, segurança preventiva e transportes de qualidade. O Movimento Estudantil ao longo de décadas tem sido um foco de resistência às políticas governamentais autoritárias ou neoliberais que administram a expansão do capitalismo pelo mundo.

A relevância do Movimento Estudantil se dá no processo político de participação da juventude. A radicalização das ações são respostas às agressões perpetradas por agentes do aparato repressivo que se utilizam dos meios mais torpes para justificar suas intervenções violentas e arbitrarias contra os manifestantes. É inquestionável a tentativa de criminalização desse Movimento por parte da mídia e dos órgãos repressivos e conservadores, e nos últimos anos incorporada por alguns partidos e sindicatos.

Historicamente tem persistido a intencionalidade tanto de partidos políticos quanto de sindicatos de assumirem o direcionamento dos movimentos de rua, essa intencionalidade foi duramente combatida nos últimos anos de protestos, principalmente em 2013, quando bandeiras de partidos e sindicatos foram rasgados e seus filiados expurgados, banidos das ruas tornaram-se também alvos dos protestos.

Esses desgastes ocorrem porque tanto sindicatos quanto partidos se tornaram instituições e como tal estão integrados a estrutura da sociedade, sem

proporem nenhuma possibilidade de transformação mais profunda que de fato possa mudar as relações capital – trabalho em prol dos trabalhadores e trabalhadoras. A perspectiva reformista dessas instituições são antagônicas aos movimentos de rua que compreendem a necessidade de derrubada do Estado, e esse nos parece ser o medo da classe dominante que diante disso dão o nome de desordem.

Em todos os processos de enfrentamentos, questionamentos, manifestações e protestos, se faz presente o elemento educativo, que somente na coletividade se expressa com a clareza e criatividade que o povo tem para lutar contra a tirania de todo um sistema opressor, que tenta nos iludir se valendo de uma grande Mídia, a serviço do grande capital.

Em 2013, as movimentações grevistas e as manifestações e protestos de rua ganharam um novo fôlego no cenário nacional, marcando a história do país pela efervescência política, na qual trabalhadores de diversos setores e estudantes da educação básica ao ensino superior colocaram na ordem do dia as suas reivindicações, os seus anseios, as suas necessidades e, mais uma vez, os trabalhadores e trabalhadoras da rede municipal em educação pública de Goiânia se organizaram em torno do Comando de luta e saíram às ruas em greves e protestos, negando de forma categórica a representação sindical e partidária.

No referido ano haviam duas reivindicações principais postas pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública Municipal de Goiânia: o pagamento integral do Difícil Acesso, (gratificação para custear o deslocamento dos profissionais, de casa para o trabalho). Após a greve desse ano, essa gratificação passou a chamar Auxílio Locomoção e foi estendida a todos os trabalhadores e trabalhadoras docentes, mas com um menor valor; e o outro ponto da pauta reivindicativa era a redução de tempo para o efetivo pagamento da gratificação de titularidade (30% para especialização, 40% para mestrados e 50% para doutorados) que perdura ainda hoje em extrema lentidão na análise desses processos.

A forte crise instalada sobre os partidos, sindicatos e instituições representativas, símbolos da democracia burguesa, iniciada a partir da primeira do final do século XX e início do século XXI, também amplificaram as revoltas e as mobilizações, catalisando a efervescência e o agigantamento dos movimentos de rua em todo o país.

Movimentos de rua sem líderes e sem partidos, construídos de forma espontânea e de forma não tradicional, sem hierarquização e de forma horizontal desenharam o modelo das mobilizações brasileiras, protestos de rua, passeatas e atos que tomaram as ruas e praças redesenharam o cenário político brasileiro.

O Estado brasileiro, que até então estava sendo representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não hesitou em utilizar todo o seu aparato repressivo para intimidar, prender, sabotar e aterrorizar a população brasileira que teve a ousadia de sair às ruas para manifestar a sua insatisfação com o modelo político instalado no país.

O Estado como elemento centralizador das instituições burocráticas, agiu rapidamente para restabelecer o que se chama de “ordem pública” que, na prática, significa calar e obedecer. Assim, os trabalhadores, os desempregados, os explorados e injustiçados sentiram mais uma vez o braço pesado do Estado burguês que não hesitou ou se eximiu do seu caráter repressor, punitivo e mantenedor da ordem política imposta para favorecimento de uma classe, a classe burguesa.

O pano de fundo destes movimentos que eclodiram explosivamente em todo o Brasil em 2013 foi a forte crise social, econômica e financeira que atravessa não somente o Brasil, mas todo o mundo capitalista globalizado.

O aprofundamento das políticas neoliberais em escala planetária, a precarização do mundo do trabalho, as políticas de austeridade fiscal impostas pelo organismo internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial), provocaram o aumento da concentração de renda e o empobrecimento acelerado e a degradação da vida de grande parte da humanidade, marginalizada e sem acesso a qualquer tipo de direitos e garantias sociais.

A chamada crise do *subprime* ocorrida em 2008 nos EUA foi capaz ainda de alavancar graves crises em toda economia capitalista mundial, atingindo fortemente a África, a Europa, a América Latina e a Ásia.

Essa conjuntura, escamoteada pelo governo brasileiro, não conseguiu impedir a instalação desse modelo, que se traduziu nas reivindicações populares relacionadas ao transporte público, ampliando as demais demandas e mostrando a situação caótica nos setores de saúde e educação, nos gastos exagerados com a Copa do Mundo e na aversão aos partidos políticos. Esses movimentos foram

marcados pela ocupação de ruas em várias cidades, promovidas por manifestações divulgadas pelas redes sociais.

Ela mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado (...). A praça Tahir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importava (HARVEY, 2012, p.71)

Esse movimento de insatisfação alastrou-se de uma forma não prevista pelas autoridades. O enfrentamento dos militantes nas ruas fez com que os governantes usassem seu aparato repressivo mostrando claramente que o Estado é sempre um órgão a serviço da dominação e subordinação social da classe trabalhadora, como já observara Bakunin (2008), “O Estado não reconhece outra: tudo o que serve é bom, tudo que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é moral do Estado”.

As chamadas “armas não letais” foram utilizadas de forma abusiva pela polícia em todo o país durante as mobilizações, ferindo gravemente manifestantes e também cidadãos que trafegavam pelas ruas.

As ruas se transformaram em verdadeiras “arenas de guerra”. De um lado manifestantes com faixas e cartazes, e do outro a polícia com balas de borracha, gás lacrimogêneo, cavalos, cães e ainda portando também armas letais de alto calibre. Os confrontos foram transmitidos ao vivo pela mídia nacional e internacional.

É dentro deste contexto de enfrentamentos, que a ideia de agrupamentos dos menos favorecidos surge no Brasil. Rapidamente os indivíduos se agrupam para enfrentar e resistir ao aparato repressivo. São jovens que, mesmo em condições desfavoráveis em confrontos com os órgãos repressivos, não hesitam em confrontá-los expondo toda a sua indignidade frente às políticas públicas.

O povo, os militantes na rua são a preocupação do Estado, da burguesia frente às mobilizações, a desinformação promovida pela grande imprensa, aliada a uma estratégia de criminalizar e personalizar os movimentos gerou uma representação de culpa e uma tentativa de separar os “pacíficos” dos chamados “baderneiros”.

O posicionamento dos sindicatos e dos partidos chamados de “esquerda” foi o de comparecer as ruas em 2013, não para protestar ou caminhar junto aos protestos, mas para controlar os movimentos de rua autônomos e independentes. E por isso foram rechaçados pela população.

A sociedade capitalista retira grande parte da sua força de monopólio da violência, nesse sentido, é muito mais jogar o jogo dela aceitarmos seu monopólio em vez de denunciar pela ação. Preferimos não fazer nada que o Estado queira; era esse o sentimento das ruas: libertar-se do Estado mesmo que por alguns momentos.

A ação do Estado evidencia que ele não deveria existir. Ele é o monopólio do discurso, da representatividade, da violência, da imposição sobre as pessoas, da manutenção de privilégios da mais ardilosa defesa em prol de uma classe dominante, pois o Estado é o guardião do grande capital, o administrador dos interesses burguês.

Os protestos, as manifestações, os atos públicos e as reações que aconteceram durante o ano de 2013, foram marcadas pela ação intensiva e repressiva da polícia através das determinações do Estado.

Nessa perspectiva é que podemos relacionar a ação dos movimentos de rua frente ao contexto do capitalismo e da propriedade privada que promovem as verdadeiras e maiores formas de violência existentes. Acreditamos que essa lógica não pode ser reformada ou melhorada, mas que deve ser totalmente destruída a fim de converter o limitado valor de troca em valor de uso. Para Bakunin (2008),

[...] Elas se fazem por si próprias produzidas pela força das coisas, pelo movimento dos acontecimentos e dos fatos. Elas se preparam durante muito tempo na profundidade da consciência instintivas das massas populares depois explodem suscitadas aparentemente por causas fúteis (BAKUNIN, 2008, p. 116).

As forças que se encontram ocultas nas ações diretas dos movimentos de rua, surgem na grande movimentação das massas populares que se rebelam e se reorganizam para os enfrentamentos que se dão na relação capital-trabalho.

3.1 - OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE RUA – COMANDO DE LUTA

Os princípios dos Movimentos autônomos de rua são pautados na autonomia, onde se estabelece uma total independência a qualquer forma de autoridade (partidos, sindicatos, mídia): auto-organização.

A organização é realizada de forma não burocrática, não regularizada pelo Estado e não obedecendo aos modelos tradicionais de organização. As decisões são tomadas coletivamente, estabelecendo uma não hierarquização.

Os sujeitos envolvidos possuem uma relação igualitária e sem hierarquias, não existindo líderes ou chefes, pautando sua militância pela ação direta. Todas as formas de interlocuções e ações são realizadas pelos próprios participantes, inexistindo representantes ou vanguarda.

As atuações prescindem de mediações ou delegação de tarefas a interlocutores, grupo, partidos, sindicatos ou organizações, através de uma diversidade de táticas. Isso quer dizer que usam de ações variadas e criativas, onde o fator imprevisibilidade é utilizado como tática contra a violência e a burocracia do Estado.

Corpos sem controle que bloqueiam avenidas e ocupam praças, revelam que os espaços das ruas não deveriam ser lugares privativos, mas públicos. Corpos indisciplinados que com chutes e socos quebram vitrines e destroem automóveis, desmascaram o fetiche da mercadoria e demonstram que o corpo é mais valioso do que meros objetos.

Corpos invadem multinacionais e tentam devolver às pessoas o verdadeiro valor de uso do produto do seu trabalho em substituição ao suprasumo do capitalismo selvagem: o valor de troca.

A denominada moral libertária é na sua essência uma radical oposição à moral burguesa e se contrapõe a este paradigma tradicional, no sentido de fomentar a transformação social e para o devir de uma moral revolucionária de uma forma social, e para o devir de uma moral revolucionária de uma nova sociedade.

Percebe-se o caráter de subversão às normas, de transgressão através do próprio corpo para possibilidade de criação de expectativas revolucionárias, a partir

das próprias experiências corporais vivenciadas pelos sujeitos, onde o corpo passa a ser compreendido como produtos de cultura e não simplesmente produto desta.

Sendo assim, o corpo não é pensado como mero objeto da cultura, mas como sujeito produtor de sentidos e de significados, onde as próprias vivências e experiências sentidas pelo corpo são capazes de transformá-lo em instrumentos para a revolução social.

Os corpos nas ruas em tempos de greves em sua essência defendem princípios libertários, e todos seus movimentos, expressões, aparências e atitudes são resultados do “desnudamento” do próprio corpo das amarras, da mercadoria e da opressão do capital, numa ânsia e luta descontrolada pela plena liberdade do corpo sujeito.

A ideia de ação direta nas ruas, esteve presente em todos os movimentos grevistas da rede pública de educação municipal em Goiânia, embora as greves estivessem em uma conotação local, em vários cantos do país eclodiam outras greves derivadas das ações do grande capital, e nesse período de 2010 – 2014, as greves se fizeram presentes no sistema educacional brasileiro.

Nas ruas as greves extrapolam o seu caráter reivindicativo economicista e se pauta também em princípios anticapitalistas, onde parte de seus integrantes optam pela destruição da propriedade privada como forma de protesto político.

A indisciplina coletiva é a demonstração de rebeldia aos comportamentos obedientes, mecânicos e servis forjados pela educação burguesa, exaltam a liberdade plena, são indomáveis e imprevisíveis. Por isso o pavor e o temor do Estado que sente a necessidade de total controle desses movimentos.

Durante o período grevista o Comando de Luta, por inúmeras vezes realizou em suas ações o bloqueio de ruas e avenidas, além de protestos no Centro Cultural e faculdade de educação da Universidade Federal de Goiás, onde se realizavam atividades da Secretaria Municipal de Educação.

As ações diretas organizadas nas ruas sempre experimentaram a sensação ou digamos truculência do aparato repressivo, que por vezes até mesmo instigavam a violência, o confronto.

Na rua, mediante as agressões sofridas, não resta outra alternativa há não ser buscar formas de lutas que fujam ao convencional dos órgãos repressivos, que insistem em disciplinar os corpos para que estes não saiam às ruas para se manifestar, protestar, discordar, questionar. Esse disciplinamento se dá a base de cassetetes, balas de borrachas, sprays de pimenta e poderosos jatos d'água. São corpos que assustam e agridem mais as paranoicas mentes capitalistas daqueles que estão no poder, do que qualquer outra forma de manifestação pacífica ou sem violência.

Manifestantes transformam seus corpos em catapultas, que atiram pedras em barreiras num espaço que exige outra disciplina, quebrando a rotina e a tranquilidade dos que dirigem e comandam a economia e a política, demonstram a ausência daquilo que mantem as coisas em ordem e o capitalismo em vigor: a disciplina. (LUDD, 2002, p. 14).

A auto organização é uma superação dos modelos tradicionais e pacifistas de manifestação de rua caracterizados pelo reformismo sindical e partidário, sua intencionalidade é a destruição da ordem das coisas, pela desobediência civil e pela ação direta.

As manifestações de rua dos movimentos autônomos aos quais as greves no município de Goiânia se juntaram, defendem a luta contra a sociedade de classes e pelo fim das relações sociais baseadas na mercadoria e no trabalho abstrato. Não possuem vínculos com partidos, sindicatos ou com os governos, e ainda não possuem nenhuma forma de submissão ou de sujeição à mídia. Adotam a diversidade de táticas e não praticam a violência sem sentido, pois suas ações são planejadas e se concentram em alvos específicos.

A luta contra o Estado e a autoridade teve na figura de Mikhail A. Bakunin (1814-1876), um dos lutadores mais ferozes. Este dedicou a sua vida na participação direta de insurgências no continente europeu, e em várias barricadas que se erguiam tinha sempre a presença dele (WOODCOCK, 2007).

Para Guérin (1968) o combate contra o Estado e a iniciativa de destruição do mesmo como fator primordial para o triunfo da Revolução, além do fato de combater as características de centralização que existiam nos partidários de Marx, essa defesa da liberdade e da destruição do Estado vão marcar as ações Bakunin.

Bacúnine não ignora quanto a sua terminologia (“chefes, “ditadura”, etc). Se assemelha a todos os adversários do anarquismo, e replica antecipadamente “a todos os que pretendessem que uma ação assim organizada seria um atentado à liberdade das massas, uma tentativa de criar uma nova potência autoritária”: Não! A vanguarda consciente não deve ser nem a benfeitora, nem o chefe ditatorial do povo, mas a parceira da sua autodeterminação (GUÉRIN, 1968, p. 43).

A violência, tão propagada pelas autoridades em relação aos manifestantes que radicalizam em suas atitudes, encontram ressonância na imprensa burguesa que colocam para divulgar em meio a massa da sociedade, um conjunto de inverdades geradas pelos aparatos repressivos como forma de justificar os elementos que realmente oprimem e usam de violência. Isso que fazem é em defesa da perpetuação dos valores da sociedade capitalista.

A imprensa burguesa classificou, dentro da sua lógica, boa parte dos manifestantes que radicalizavam com os atos de rua como vândalos. A polícia os classificou como membros pertencentes a quadrilhas, já que as pessoas presas nas manifestações foram acusadas de formação de quadrilha.

O ataque à propriedade privada é inadmissível na sociedade, e cabe ao Estado tomar todas as medidas para impedir esses atos. Ao agir assim a verdadeira face do Estado é revelada através de prisões arbitrárias, atos que são contrários às leis criadas pelo próprio Estado, tentativas torpes de criminalizar o movimento através de provas forjadas. Nesse momento é possível perceber que o Estado é sempre o grande empecilho para qualquer transformação social.

O Estado nos parece o grande empecilho evidenciado nas concepções de Bakunin, que nos servem de inspiração para essa discussão e para a construção dos movimentos que acreditam no enfrentamento e na destruição do Estado como única forma de liberdade.

A ação direta tem a sua eficácia na medida em que a sua relação é o compromisso direto com a liberdade dos povos. É através da ação dos trabalhadores e trabalhadoras em sua categoria, ou em solidariedade com as demais, que podem deter a determinação e os rumos do seu próprio movimento.

A ação direta é autossustentada, político e financeiramente, pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras; são ações concretas que os movimentos se utilizam, partindo de realidades concretas e da peculiaridade de cada luta, sem seguir um

manual pré-determinado; são os próprios movimentos em questão que definem seus aparatos de luta; seus corpos são sua força.

Em Goiânia, o Comando de Luta da Rede pública Municipal de Educação, se utilizou de ações diretas como: panfletagem em terminais de ônibus, em ônibus do eixo – anhanguera, atos, protestos, manifestações, serenata na porta da casa do prefeito, publicação de jornal, criação de *site* e *blog* na *internet*, atos políticos na inauguração de obras pelo executivo municipal realização de assembleias periódicas e permanentes como forma de encaminhar de maneira horizontal as ações das greves etc. Todas estas ações são pensadas, organizadas e executadas pelo coletivo de trabalhadores e trabalhadoras da educação envolvidos com a luta.

Nem partidos políticos, nem sindicatos, com esse lema os movimentos autônomos avançaram em lutas que se espalharam pelo Brasil e foram contidos pela extrema violência do aparato repressivo do Estado burguês.

No Comando de luta, durante as greves ocorridas já existiam discussões acerca da auto organização e da institucionalização do movimento, a experiência de auto organização é defendida por muitos trabalhadores que não estão vinculados ou filiados a partidos ou sindicatos. A institucionalização é defendida por aqueles que possuem vínculos sindicais ou partidários e até por outros simpatizantes, ou seja, os legalistas.

O embate entre os que defendem tais posições se torna cada vez mais aguerrido, por um lado a resistência por manter o movimento livre e autogerido, por outro, a tentativa de buscar apoio entre vereadores e outros políticos, de um lado se quer a horizontalidade do movimento, por outro a imposição de lideranças, em meio a essas discussões o movimento vai perdendo forças e em meados de 2013 para 2014 , o Comando de luta se dispersa e surge o Simesed (Sindicato) que se outorga representante de toda a categoria de professores e servidores do município de Goiânia.

Os avanços e recuos ocorridos no percurso da luta são decorrentes das ações e organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. A Experiência de luta baseada na auto-organização deixa aos trabalhadores e trabalhadoras do município de Goiânia todas as vitórias e conquistas, bem como os fracassos e as derrotas que sofreram ambos os movimentos. A eles deve-se à capacidade de

organização e ação da própria categoria através dos mecanismos que os próprios trabalhadores forjam na luta. Toda a campanha que é feita contra os trabalhadores e trabalhadoras afirmando que o movimento é desorganizado, que não tem liderança, que falta plataforma mais organizada e acusações semelhantes, fazem parte do enfrentamento de classe. Da mesma forma que é pérfido dizer que o movimento não consegue agregar pessoas e estruturas diversas porque não é regulamentado (ou seja, não tem CNPJ ou estatuto registrado em cartório), ou porque não tem presidente, secretários e demais cargos burocratizados. A defesa de institucionalização inevitavelmente conseguirá tão somente enquadrar ambos os movimentos.

Enquadrar significa colocar dentro do quadro, ou seja, dentro do quadro de reprodução normal das instituições reguladas pelo conjunto de legislação que o Estado cria para amortecer e regulamentar os conflitos de classe. Nenhuma luta radical é passível de ser enquadrada em qualquer legislação existente. Se o for, é por que já deixou de ser radical e se deixou de ser radical é por que já é parte constituinte desta sociedade, logo, não mais é instrumento de luta dos trabalhadores. É necessário, pois, inventar outros instrumentos. O SIMSED quer se institucionalizar. Ainda não o conseguiu efetivamente. Todo o movimento das greves da prefeitura em 2013 e 2014 foi convocado, organizado, conduzido e finalizado sem a existência de um sindicato que representasse a categoria. A Carta Sindical do SIMSED poderá se constituir como o atestado de óbito de toda a experiência de luta que vem conduzindo a categoria há anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento organizado, ocorrido entre os anos de 2010 – 2014, na Rede Pública de Educação Municipal foi uma experiência inédita para os trabalhadores e trabalhadoras da educação. Ao evidenciar as possibilidades de auto-organização da categoria, lançou-se nessa nova empreitada e concretizou-se em Comando de Greve e posteriormente em Comando de Luta realizando assembleias da categoria sem necessariamente precisarem do aval sindical.

Essas assembléias eram legitimadas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras que as organizavam. A negação da representatividade sindical e partidária caracterizou um avanço no processo de formação político da categoria, que pôde acompanhar mais efetivamente todo esse processo libertário de luta.

As ações definidas pelo Comando de Luta e legitimadas com a categoria se deu num contexto em que o Comando de Luta era a própria categoria em ação. Essas práticas em muito se diferenciavam das ações propostas pelo sindicato através de sua direção burocratizada. O comando de Luta assumiu uma radicalidade jamais vista em meio a esses profissionais de educação, acostumados pelos sindicatos a aguardarem a resolução das greves pela direção sindical em visitas a gabinetes de vereadores e audiências com secretárias de educação, ou quando muito, numa manifestação bem comportada. Essas ações nunca nos trouxeram a liberdade de voz e força que um movimento autônomo nos permite.

A radicalização do Comando de Luta foi efêmera, porém, do ponto de vista político das manifestações e protestos de rua, principalmente considerando o contexto político das manifestações e protestos que explodiram no Brasil e em vários outros países de 2011 a 2013, tiveram grande capacidade formadora e libertadora dos trabalhadores e trabalhadoras da educação municipal. O Comando de Luta não chegou a essa consciência política radical das ruas, mas os seus feitos são consideráveis em relação ao formato das lutas empreendidas pelos movimentos de professores, que em sua maioria ocorreram sob a tutela dos sindicatos e partidos políticos que são instituições legalizadas e que, portanto, atuam dentro de todos os preceitos legais autorizados pelo Estado de direito.

Em 2014, quando começa a dar os primeiros sinais de enfraquecimento devido as disputas políticas internas e ao desgaste natural dos processos de greves prolongados – além do sempre presente medo de grande parte da categoria por não ser um movimento legalizado, institucionalizado – notou-se também uma constante preocupação crescente em relação às pressões e retaliações políticas por parte da Secretaria Municipal de Educação, tais como: processos administrativos e processos na justiça comum em relação a alguns trabalhadores e trabalhadoras participantes cotidianos desse movimento.

Todo processo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de trabalho (saúde, alimentação, educação, moradia, lazer, por uma vida com dignidade) se deu mediante a conflitante relação capital – trabalho. Os acontecimentos ocorridos no período de 2010-2014 evidenciaram as possibilidades de luta sem direção da burocracia sindical, sem os líderes iluminados e trouxe aos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública municipal uma nova experiência de luta baseada na auto-organização, na qual cada indivíduo representa a si mesmo na árdua tarefa de construir sua própria História. O Comando de Luta foi a síntese dessa vivência, dessa experiência singular que ainda permanece acesa no espírito de luta de todos aqueles aos quais a História oportunizou vivenciar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, D. M. P et al. **Movimento Autogestionário**. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edição Especial, jul. 2013
- ARANHA M. L. A e MARTINS H.P. **Filosofando, Introdução à Filosofia**. Ed. Moderna, pág. 88-90, 1993, São Paulo. Disponível em: <<http://www.Cefetsp.br/filosofia/dialepticamarxistaarruda.html>> Acesso em: 04 out 2014.
- ATAÍDES, Marcos A. M. **SINTEGO: lutas, vitórias e derrotas na década neoliberal**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação Goiânia. Universidade Católica de Goiás. 2005.
- BAKUNIN. M. A. **O princípio do Estado e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2008.
- BAKUNIN. M. A. **Seleção e notas Daniel Guérin**. Trad, Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BAVARESCO, A. e LUZ, R. S. **Trabalho Alienado em Marx e Novas Configurações do Trabalho**. Revista Princípios. Natal, v. 17, n.27. p.137-165. 2010.
- CANEZIN, Maria Tereza. **Sindicato e Magistério: Constituição e crise**. Goiânia. Editora UFG, 2009.
- COMANDO DE LUTA. **Jornal do Comando de luta**. 1ª Edição. Fev/mar. 2011.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Educação contemporânea). Publicado originalmente em: CATANI, Denice; MIRANDA, Hercília; MENEZES, Luiz Carlos; FISCHMANN, Roseli (Orgs.).Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13.
- GENTILI, P. SUÁREZ, D (orgs). **Reforma Educacional e Luta Democrática: Um debate sobre a ação sindical docente na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2004.
- GUÉRIN.D. **Anarquismo**, Trad. Manuel Pedroso. Rio de Janeiro, Gerninal, 1968.
- GOHN, M.G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo, 3º Ed. 1995.
- HARVEY, D. ET AL. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012.
- KROPOTKIN, P. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Imaginário, 2000.
- LUDD, N (org) **Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MARX, K. ENGELS, F. **Sindicalismo**. São Paulo: CHED, 1986.

MENDONÇA, J.C. **Além dos partidos e sindicatos: Organização política em Anton Pannekoek**. Rio de Janeiro, Achimé, 2011.

MIRANDA, C.M. CASTILHO. N.A.N., e CARDOSO. V.C.V. **Movimentos Sociais e Participação Popular: luta pela conquista dos direitos sociais**. Revista Católica, Urbelândia, v.1,n.1, p.176-185, 2009.

MOTTA, F.C.P. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000. Coleção primeiros passos.

PANNEKOEK, A. **Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulom v.14. n.41. 1999.

_____. **Política e História em disputa: o novo sindicalismo e a ideia de ruptura com o passado**. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org). O novo sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis/São Paulo/ São Paulo: Vozes/ EDUC-PUC-SP/UNITRABALHO, 1999.

SINGER. Paulo. **Universidade Escola e Formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, M.C. **Brasil: o sentido da colonização e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no âmbito da acumulação primitiva**. Revista Urutágua- acadêmica multidisciplinar- DCS/UEM, 2013.

VILHAGRA, G.T.F.R. **O Movimento Estudantil como Espaço de Formação a Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo e a Formação de Pedagogas (os)**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2009.

WOODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Trad. De Julia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2007

ANEXO I
(JORNAL DO COMANDO DE LUTA)

JORNAL DO COMANDO DE LUTA

ANO: 2011 - EDIÇÃO 1 - Fevereiro/Março

E-mail: jornaldocomandodeluta@hotmail.comSite: www.educacaogoiania.org.br

A voz da educação: Jornal do Comando de Luta chega às escolas

LINHA EDITORIAL

Surgimento

Em 2010 aconteceu a greve na Rede Municipal de Educação de Goiânia em busca de melhorias para a educação. Inúmeras discussões foram levantadas durante o movimento grevista, o que expôs a necessidade da categoria ter espaços livres para manifestar suas ideias. Diante disso foi criado o Jornal do Comando de Luta, veículo de comunicação que tem como objetivo oferecer espaço de informação, debate e mobilização dos trabalhadores da rede.

Princípios

O Jornal trabalha em perspectiva ética, democrática e independente. Consiste num espaço de debate político pedagógico ampliado acerca das problemáticas vividas pelos trabalhadores em educação. Contudo, este espaço prima pelo não favorecimento de visões partidárias, sindicais e patronais, fortalecendo assim sua liberdade e autonomia. Pensando ainda neste ideal, o Jornal se mantém pela colaboração solidária e espontânea dos trabalhadores, contando com organização e edição geral do comando de luta.

Os textos produzidos são fruto de denúncias, pesquisas, discussões e debates, sempre buscando o aperfeiçoamento jornalístico e rigor na apuração da verdade e coerência de ideias.



A concepção é pautada na construção da força proletária, onde a união acontecerá na medida em que o acesso a informação de qualidade amplie a conscientização acerca da luta de classes e desconstrução dos vários dogmas educacionais.

A pretensão inicial é produzir um jornal bimestral que seja a voz da categoria, porém o ideal é ampliar a discussão com os educandos, a comunidade, as faculdades e outros movimentos sociais que tenham relação com a educação.

Construção coletiva

Os trabalhadores que quiserem enviar material para o jornal devem estar atentos para a linha editorial.

Notícias, artigos, pesquisas, denúncias, relacionadas a situação dos professores, diretores, coordenadores, agentes educativos, funcionários administrativos; leis e o poder público; os enfrentamentos e ações da categoria e nas escolas; entre diversos outros assuntos, mas estes devem estar sempre relacionados com o contexto de nossa rede. A escrita deve ser clara e objetiva. Imagens e variedades como: poesias, músicas, críticas e sugestões, dicas de livros e filmes com comentários, opiniões, também são bem vindas. O material pode ser enviado ao e-mail: jornaldocomandodeluta@hotmail.com

Financiamento

A dificuldade dos veículos de mídia livre está na parte financeira. Os grandes veículos de comunicação sobrevivem de publicidade, muitas vezes oriundas de governos, prefeituras e outras instituições sob monopólio do Estado. Este atrelamento acaba trazendo visões deturpadas acerca da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e da luta de classes. Na perspectiva contrária, este Jornal não aceita apoio financeiro oriundo de partidos políticos ou entidades ligadas ao poder estatal. Assim, o financiamento é realizado por doações dos trabalhadores da educação engajados e solidários com a causa educacional. O número da conta é 10269-x e a Agência é 4475-x, do Banco do Brasil. A prestação de contas será divulgada no grupo de e-mails do Comando de Luta mensalmente.

Comando de Luta realiza ações após o fim da greve

Depois de mais uma traição da diretoria do Sindicato que vendeu a categoria e traiu os trabalhadores na greve surgiu a necessidade de construção de um instrumento de luta. Foi realizado um seminário de dois dias onde foi discutida a situação política nacional, internacional e local, os rumos da educação brasileira, além de realizar um balanço da greve na Rede. Neste foi criado o Comando de Luta, instrumento de aglomeração e organização em defesa dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Goiânia.

Desde a sua criação o Comando não ficou parado. Logo em setembro mais de 15 mil panfletos foram distribuídos pela cidade, principalmente em terminais de ônibus, denunciando a perseguição contra a diretora da E.M. Castorina Bitencourt. No dia do professor aconteceu um ato na Praça do Bandeirante com carro de som e cerca de 3 mil panfletos. Na comemoração do aniversário de Goiânia foram erguidas faixas e cartazes em frente ao palanque em que estava o Prefeito e o Governador, demonstrando que a Educação na cidade não tem o que comemorar. Em novembro aconteceu mais uma panfletagem no evento "Baú Mágico" denunciando a situação de precariedade da educação na Rede Municipal de Ensino.

Em dezembro aconteceu uma audiência pública para discutir os CMEI's 24 h e aos sábados. O intuito do evento era divulgar a SME, vereadores e Ministério Público como defensores de uma educação de qualidade. A presença do Comando foi fundamental, pois desmascarou essas entidades e impulsionou várias intervenções dos que utilizaram a palavra. O Sinego foi caracterizado como traidores que abandonaram a greve, como pelegos de plantão.

Reunião com nova Secretária Municipal de Educação

O ato mais recente do Comando de Luta aconteceu em Janeiro. Foi solicitada uma reunião com a nova Secretária com o objetivo de apresentar as reivindicações dos trabalhadores em educação. Foi elaborada uma carta coletivamente através do grupo de e-mails, além dos diálogos com a categoria nas visitas às escolas. Foram visitadas mais de 80 escolas e CMEI's em duas semanas com esta carta e recolhidas mais de mil assinaturas (1171) no abaixo-assinado dos trabalhadores que a apoiavam.

Na reunião foi entregue o abaixo-assinado e a carta. Foi exigido que as reivindicações fossem atendidas. A reunião foi totalmente diferente, pois ao invés de receber uma comissão reduzida foi feita pressão para que a Secretária recebesse todos os trabalhadores presentes no auditório da SME. O momento foi o de sabatina a Secretária para exigir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores em educação do município.

Propostas

A nova Secretária afirmou na reunião que dará continuidade a antiga administração. Ela escutou a



Auditório cheio de trabalhadores em educação de Goiânia

categoria, mas não está disposta atender as reivindicações utilizando para isto justificativas legais.

Sobre o piso alegou que aguardará julgamento do STF em abril, continuando a pagar de acordo com o parecer da AGU. Provavelmente irá a R\$1181. Não há propostas para as Agentes Educativas. Estas não receberão o piso pois não prestaram concurso para serem professoras. A pior situação é dos funcionários administrativos, que continuarão sendo burlados em seus direitos. A prefeitura não dá substituição e a Secretária não pretende resolver o problema. O plano de carreira que está em discussão não garante nenhum benefício concreto.

Afirmou também que solicitaria ao prefeito a convocação dos últimos concursados, inclusive os excedentes de 2007, além de 500 administrativos do último concurso.

Greve de fato: as marcas e verdades de um movimento histórico

06 de maio - Audiência pública: Convocada pelo vereador Elias Vaz para discutir o Piso para os professores na Rede Pública Municipal de Goiânia. A pressão da categoria forçou a direção do Sintego a convocar assembleia.

14 de maio - Assembleia no Cepal: Esta ficou marcada pela tentativa do Sintego de enfiar a categoria e sair do local sem deliberações. Os trabalhadores impediram a saída e até escalaram o carro de som exigindo e conseguindo o indicativo de greve.

20 de maio - Assembleia no Paço Municipal: Contrariando seu estatuto o Sintego pediu às escolas que enviassem representantes à assembleia para que esta fosse esvaziada, porém a categoria compareceu em grande número e decidiu pela greve. Esta começou na luta pelo Piso, porém muitas outras demandas levaram a greve atingir mais de 90% da rede entre escolas e CMEIS.

27 e 28 de maio - Mutirão no Cidade Jardim: Aconteceu uma manifestação que surpreendeu figuras do executivo presentes. O Sintego realizou o primeiro de muitos boicotes às ações da greve, não enviando caminhão de som e nem material ao evento.

30 de maio - Assembleia na SME: O Sintego boicotava o direito de fala à categoria e ao Comando de Greve empurrando a proposta de



Uma de muitas manifestações contra as agressões da Guarda Municipal

R\$1024 para Professor PII e nenhum avanço aos Administrativos e Agentes Educativos para a aceitação dos trabalhadores. Estes a recusaram, mantiveram a greve e ocuparam em seguida a SME.

2 de junho: Visita da Dilma ao Palácio da Indústria (FIEG): Trabalhadores foram agredidos na entrada do local por seguranças da presidencial.

07 de junho: ocupação da SME: Milhares de trabalhadores se concentram na porta da SME. Ao tentarem entrar no local foram impedidos pela Guarda Municipal. Empurraram o portão, usaram cassetetes e até spray de pimenta. Mesmo assim os trabalhadores conseguiram entrar e manifestar seu descontentamento.

10 de junho: Congresso Pensar XXI: Trabalhadores em Educação, estiveram no local para protestar por melhores condições de trabalho. A polícia chegou para impedir a entrada dos manifestantes no salão onde acontecia a palestra, porém após negociação inclusive com o palestrante do dia, a entrada dos trabalhadores foi liberada e não aconteceram maiores problemas.

14 de junho: Visita do Ministro da Saúde a Aparecida de Goiânia: Em inauguração de unidade de saúde trabalhadores em Educação sofreram agressões. O carro do ministro tentou sair rapidamente, atropelando um professor de Goiânia que foi detido e algemado pela polícia por ter causado prejuízo ao carro. Manifestantes tentavam impedir que o professor fosse levado

e também foram agredidos por tapas, jogados ao chão e imobilizados pela polícia militar de forma ríspida. Ao final da confusão o professor foi levado a delegacia e liberado em seguida.

19 e 20 de junho: Mutirão no Novo Horizonte: Ao protestar no evento trabalhadores da Educação foram cercados e agredidos por dezenas de Guardas Municipais. Três professores e uma agente educativa foram algemados, levados a delegacia e liberados depois de 3 horas de tortura psicológica. Em solidariedade mais de 100 profissionais da educação os acompanharam. A câmara filmadora de um dos professores foi tomada e destruída para que a ação não fosse registrada. No dia seguinte os trabalhadores retornaram ao mutirão e realizaram barulho, batucadas e panfletagens denunciando o ocorrido.

Serenatas: Constantemente ignorados os trabalhadores consideram a serenata uma maneira de "acordar" o Prefeito para a situação em que se encontra a Educação. Estes foram até a rua em frente ao seu apartamento com latões e tambores, por duas vezes.

Votação na Câmara municipal: Mesmo rejeitado pela categoria no dia 30 de maio o projeto 200 foi enviado e aprovado pela Câmara dos Vereadores. A sessão teve que ser interrompida por várias vezes devido a protestos.

Greve: a busca pela transformação

Alimento a certeza de que as mudanças sociais realmente significativas, capazes de promover a mudança de mentalidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de um povo, perpassa, inevitavelmente, pela Educação. As experiências de diversos países corroboram com esta certeza. No entanto, governos demagógicos e populistas encontram dificuldades para manter-se no poder e ipara isso impedem a população de receber uma boa formação educacional. Daí o entrave brasileiro.

Temos uma história política carregada do ranço do coronelismo e do populismo, estratégias governamentais que têm como base de sustentação uma sociedade massificada, uma população manipulável e, portanto, um sistema educacional que colabore para a perpetuação dessa realidade, através de um ensino superficial e fragmentado.

Porém, a dialética, arte intrínseca ao que é humano, e a história possibilitam essa capacidade de promover um diálogo entre o passado e o presente, tendo em vista um futuro com outras perspectivas. Procura, aqui, discutir a verdade posta por meio da oposição e conciliação com as contradições históricas presentes.

O primeiro paradigma a ser quebrado diz respeito à atuação sindical. Precisamos mais do que análise histórica. Faz-se necessária a participação ativa na luta para entender a estrutura sindical e como esta é utilizada para garantir a exploração e alienação da classe trabalhadora.

Realizando uma análise do contexto histórico-social dos sindicatos e suas estratégias de luta, fica claro como estes utilizam as greves ora como instrumento de desgaste de governos opositores e ora como palanque eleitoral. Dificilmente pessoas de fato combativas, interessadas e dispostas a buscar melhorias das condições de trabalho e valorização profissional conseguem ser eleitas ou continuam na diretoria dos sindicatos. Há muito dinheiro e interesse em jogo!

Geralmente as direções de sindicatos são ocupadas por pessoas que conseguem ludibriar a categoria, prometendo que trabalharão bastante por todos e que os interessados direitos não precisam se preocupar, basta pagar mensalmente que serão muito bem representados.

Entretanto, anos a fio, assistimos, como sonâmbulos, nossos direitos serem pisoteados, nossas condições de trabalho se deteriorando, nosso poder de sobrevivência num sistema capitalista se esvaindo, mas sempre esperando que os nossos representantes legais, os sindicatos, lutem por nós. (Fazemos o mesmo em relação aos políticos que elegemos)

Os sindicatos, por sua vez, não são imparciais, muito pelo contrário, são partidários. A maioria deles, sabe-se claramente, tem origem no Partido dos Trabalhadores, além de cúpulas ligadas ao PCdoB, PSTU, PCB e outros. Desde que o PT chegou ao poder assistimos ao silêncio e ao imobilismo dos sindicatos, antes tão ativos nas cenas políticas do país.

Lutamos, contra o sindicato, para que a greve fosse deflagrada e que esta tivesse uma vertente realmente combativa. Não queríamos mais abraçar a Secretana, fazer "arralé da greve" nem acampamento onde reinasse brincadeiras e piadas de mau gosto. Greve não é brincadeira (como era realizada pelo SINTEGO), ela é dolorosa, cruel, difícil, muitos pais e alunos sofrem. A vida de muita gente é perturbada, inclusive dos trabalhadores em Educação, embora seja difícil olhar por este ponto de vista neste momento!

A luta foi árdua! Precisávamos mostrar nossa condição ao máximo possível de pessoas, chegar ao máximo de escolas, conversar com a população para dizer: "Nós, trabalhadores municipais, não agüentamos mais as condições de trabalho que nos é imposta, o salário de miséria que recebemos e o assédio moral que sofremos cotidianamente nos nossos locais de trabalho!".

Para abafar nossa indignação, a Prefeitura de Goiânia utilizou a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, a Câmara Municipal de Goiânia, o SINTEGO e até o Ministério Público Estadual; com falácias e atitudes terroristas ameaçaram, coagiram e amedrontaram os trabalhadores, prometendo até retirar o sustento das famílias: o salário e o emprego. Não dialogaram, foram cruéis e truculentos. Utilizaram também a mídia para mostrar uma realidade maquiada, na tentativa imoral de desmoralizar e desqualificar os lutadores trabalhadores.

A categoria recuou, como um leão faminto, mas acuado com o ferro em brasa apontado em sua direção! Porém, a indignação continua, embora o medo e a dor sejam fortes, neste momento, na maioria. Existe um grupo de pessoas que consegue ultrapassar a dor, o medo e o imobilismo e continuam a luta, apesar de nadarmos contra a corrente do SINTEGO, da SME, do MPE e da Prefeitura. Continuamos porque acreditamos que é necessário o trabalho de conscientização da categoria, de politização, de profissionalização do magistério, entre tantas necessidades. Precisamos estar unidos e organizados para transformar a realidade educacional de Goiânia. Temos qualificação, competência e compromisso suficiente, por isso devemos exigir respeito à nossa profissão!

Hilany Wyrta de Oliveira Revignet, Pedagoga, Professora da Rede Municipal de Goiânia

Férias - 02 de julho: Durante as férias a greve continuou. Logo no início os profissionais foram até trindade onde acontecia a Romaria do Divino Pai Eterno e realizaram uma panfletagem pedindo oração aosromeiros.

08 de julho - Campinas 200 anos: Neste protesto novamente a Guarda Municipal agride e tenta prender manifestantes utilizando até arma de choque. Os trabalhadores resistiram e percorreram galerias do Mutirão contando com apoio da população, que em alguns momentos aplaudiu a manifestação.

19 de Julho: A Faixa Continental: Durante o jogo Corinthians e Atlético-GO o Comando de Greve colocou uma faixa enorme na parte central da arquibancada com a mensagem "a greve continua, PT a culpa é sua". A faixa apareceu na TV a cabo, Globo e Bandeirantes.



Legalidade da greve: No final de junho foi feito pedido de ilegalidade da greve e este foi prontamente atendido pelo Tribunal de Justiça, enquanto inúmeras denúncias levantadas pela categoria foram ignoradas. Circula na TV ao final de julho mensagem ameaçadora para que grevistas retornassem as aulas.

02 de agosto: Assembleia na catedral Metropolitana: O Enquanto o Sintego fazia o discurso enfatizando as ameaças do executivo e pedindo o fim da greve o Comando de Greve exaltava a necessidade de lutar pelas reivindicações não cumpridas. As duas propostas foram discutidas e a categoria manteve a greve.

09 de agosto: assembleia na Catedral: Nesta um diretor do Sintego admitiu: "sou pelego sim, mas não sou mentiroso". A greve continuou e a partir deste dia as ameaças aumentaram e agora incidiam sobre as dobras. O Comando foi até as unidades regionais e também ao diretor do DGP, procurando respostas. Para tentar findar a greve o pagamento da dobra foi cortado em agosto, mas pago normalmente em setembro.



Votação pela continuidade do movimento grevista no dia 02 de agosto

Mídia: Esta passa a disseminar de forma irresponsável ameaças da SME e da prefeitura, causando pânico em parte da categoria.

Período eleitoral: Devido a protestos na entrada de debate eleitoral é marcada reunião com ex-prefeito e candidato a Governador. Este prometeu ajudar e falar com o prefeito, mas não cumpriu. Então o Comando protestou na inauguração de Comitê com presença de figuras da base aliada PMDB/PT. Além disso fechou Avenida Anhanguera em frente a um Comitê Eleitoral do candidato. Com a proximidade das eleições o desespero em findar a greve aumenta, e a diretoria do Sintego marca nova assembleia

19 de agosto: assembleia na Câmara Municipal: Logo no início acontece um golpe: a presidente do Sintego afirma que a diretoria do Sindicato não daria continuidade a greve e se retira empurrando os presentes, que aos gritos pedem destituição da mesma. A assembleia continua e por votação mantém-se a greve. A decisão foi protocolada na SME com ATA registrada em cartório. Neste dia o carro da presidente do Sintego foi cercado no momento em que saía de uma coletiva de imprensa em que noticiava o fim da greve.



29 de agosto: a última assembleia: Ficou nesta decidido pelo fim da greve. Foi marcado um seminário para decidir novos rumos para a categoria, já que foi realizada uma queima de camisas e materiais com referências ao Sintego, como ato simbólico de banimento da sua representatividade frente a categoria.



Situação dos Agentes Educativos

Durante a greve da Educação em Goiânia os administrativos cobraram da Prefeitura e do Sintego uma plano de carreira. Estes se comprometeram a criar uma comissão de negociação para poder regularizar a situação. Esta teria um representante do Prefeito, três funcionários da SME, um de cada: AAA, ASHA, AAE e Sintego, além do diretor dos Recursos Humanos. As reuniões estão sendo realizadas uma vez por semana no período matutino no Paço Municipal. No entanto o plano de carreira que está sendo criado é a maneira do Sintego e da Prefeitura, um jogo político que deixa de lado o compromisso com os trabalhadores.

As Auxiliares de Atividades Educativas auxiliam pedagogicamente o regente de sala em CMEI's, e muitas vezes substitui o professor que se ausenta do serviço por motivos particulares. Estas estão sendo exploradas fazendo mais que sua função. Em 2001 a SME remanejou os funcionários de diversas funções que possuíam o diploma do Magistério e os colocaram em sala de aula. Com isso foi criado o cargo de Agente Educativo. Em 2007 a SME fez o primeiro concurso de Auxiliar de Atividades Educativas (AAE) exigindo o curso MAGISTÉRIO, sendo que em 2008 foi criada a lei do Piso que contempla o profissional do magistério que atua dentro da sala de aula.

Durante a greve fomos ao Sintego e exigimos uma providência. Fizemos uma reunião juntamente com seu advogado, onde discutimos e elaboramos um plano de carreira. Com muita insistência conseguimos uma

audiência com o Prefeito de Goiânia, que prometeu mandar este plano para a Câmara dos Vereadores para que fosse votado. Neste plano não estavam nos mudando de função, mas equiparando o nosso salário com a da regente. Mas nada disso foi cumprido e o Sintego juntamente com sua advogada disse com todas as letras que "se quisermos ganhar como professor que fizéssemos concurso para tal, porque não somos professores". Fica uma dúvida no ar: será que o que está escrito no meu diploma está errado? Ou não somos professores porque a prefeitura juntamente com esse "Sintrego" não quer assumir o fato de que mais de 1000 Auxiliares de Atividades Educativas têm que receber o piso? Por que a SME está contratando profissionais para exercer o cargo e exigindo o magistério? Como podem fazer um edital para o concurso da educação e jogar os funcionários no quadro geral da Prefeitura? Hoje os AAE trabalham revoltados com tamanha injustiça, já que não existem dentro da prefeitura, que alega não termos direito de receber o Piso. Lembrando que os antigos contratos de agente recebiam como PI, e depois do concurso ganham menos. Um absurdo!

Por isso, nossa luta ainda está apenas começando. É preciso que todas as Auxiliares de Atividades Educativas venham pra luta: vamos para Brasília! Quando a regente faltar devemos sair da sala porque não podemos substituí-las e sim auxiliá-las. Cruzem os braços e não aceitem calçadas, porque a força de uma é a fortaleza de todos nós!

Kátia, Agente Educativa da Rede Municipal de Educação de Goiânia

Eufemismo e negligência

Dias atrás a escola de samba da sernha fez uma reportagem sobre o início do ano letivo de 2011 na rede municipal de educação. Entre as questões abordadas o repórter Murilo Santos questionou a diretora do DAE, Cléristene Paula Domingos, sobre a falta de vagas nos Cmeis da rede. Ao respondê-lo, Clara foi clara: existe uma lista de 5 mil crianças à espera de vagas. Uma demanda reprimida, este foi o termo que ela utilizou. Gostaria de fazer algumas elucidações sobre esse fato.

A LDB no seu título III (Do Direito à Educação e do Dever de Educar), artigo 4º assegura que o direito a escola pública é um dever a ser efetivado pelo Estado. No inciso IV, ela diz: "atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade". Um pouco mais a frente, no título IV (Da Organização da Educação Nacional), artigo 18, sobre a organização dos sistemas municipais de ensino, afirma, no inciso I, que este compreende "as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal". Novamente no título III, artigo 5º, parágrafo 4º a LDB afirma que "comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento o ensino obrigatório,

podrá ele ser imputada por crime de responsabilidade".

Deste modo, de acordo com a legislação, o acesso aos centros de educação infantil é universal, isto é, uma garantia legal de toda criança que esteja na idade. Por que a SME, outrora paladina defensora da lei, não cumpre essa determinação jurídica? E ainda recorre a um mediocre eufemismo (demanda reprimida) para tentar tapar o que se configura de fato: violação da lei. E mais, se a legislação estabelece como crime a negligência no atendimento educacional às nossas crianças, nosso mandatário não deveria estar sendo processado nessa hora? Ou não, deixar 5 mil crianças (e quando eles dizem 5 devem haver no mínimo 7) privadas, excluídas de um direito básico e legal não é negligência? Como se chama isso então? Qual a função da lei numa sociedade capitalista? Penso que um trecho do hino da Internacional Comunista nos oferece uma pista:

"Crime de rico a lei cobre
O Estado esmaga o oprimido

não há direitos para o pobre
ao rico tudo é permitido"

PERSEGUIÇÕES E DENÚNCIAS

Marcas do autoritarismo: falta de diálogo e desrespeito aos direitos dos trabalhadores são marcas da administração da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

CASO CASTORINA: A FALÁCIA DA DEMOCRACIA NA RME

Desde o início a atual gestão da Prefeitura de Goiânia baseou sua administração na opressão, medo e relação de servidão dos trabalhadores em Educação. A greve deflagrada no ano de 2010 serviu para deixar mais clara esta situação de repressão. Proibição da entrada dos funcionários na SME; imposição de diretrizes sem diálogo; ameaças de corte de ponto; perdas de dobras e acréscimos; assédio moral; perseguições políticas; utilização da Guarda Municipal para reprimir as legítimas manifestações e protestos dos trabalhadores.

A Escola Municipal Castorina Bittencourt Alves, localizada no bairro Carolina Park, foi exemplo de resistência durante a greve. A SME procurou de todas as formas pressionar o coletivo desta escola para o retorno das aulas. Diante da resistência, tomaram atitude autoritária e desesperada: afastaram a diretora eleita, Mary Cristina Faleiro, e nomearam a interventora Ilsa Cristina de Oliveira para o seu lugar e trocaram cadeados e fechaduras da escola. Esta intervenção acarretou tortura psicológica, cerceamento da liberdade de expressão e até adocimento em função do assédio moral exercido.



Guarda Municipal em grande número na E.M. Castorina

A SME, através da Unidade Regional Jarbas Jaime, justificou que o motivo do afastamento era averiguar as denúncias promovidas pela própria direção da escola: falta de funcionários, infra-estrutura precária, entre outros problemas que marcam as Escolas Municipais de Goiânia. O fato é que o afastamento teve objetivo de disseminar o medo entre a categoria. O recado era: Não façam mais greve! De quem era o recado? Da administração PT/PMDB, duramente atingida pelo movimento grevista. Daí a necessidade da diretora em questão ser silenciada. A quem coube esse papel? Aos inúmeros correligionários de um vereador e candidato a deputado pelo PMDB com interesse político de controlar a comunidade do bairro onde se encontra a escola, fazendo da região curral eleitoral. Devido a vários desgastes políticos este sofreu uma humilhante derrota nas urnas.

A REAÇÃO DA CATEGORIA

A solidariedade desenvolvida durante a greve levou a reação. O Comando de Greve esteve na escola para prestar apoio aos trabalhadores daquela unidade e presenciaram a troca de fechaduras e cadeados pelos interventores da SME. A Guarda Municipal foi utilizada para garantir o ato e para exercer vigilância contínua, controlando a entrada e saída na portaria da escola impedindo a entrada da diretora e expulsando a força os membros do Comando que procuravam o diálogo com funcionários da escola. O acontecido motivou várias denúncias contra a SME, uma delas movidas pela ABRAPO, que tornou o fato conhecido fora do país.

A indignação da categoria e da comunidade escolar resultou na organização de um abaixo-assinado exigindo o fim da perseguição e o retorno imediato da diretora à escola. Este contou com a solidariedade dos goianenses através de milhares de assinaturas que foram colhidas nas ruas, universidades, terminais de ônibus, etc. Uma parte das assinaturas foi anexada aos Autos do Processo Administrativo movido pela secretaria contra a diretora, como parte do seu repertório de defesa. Ao final da sindicância nada foi provado e Cristina foi reconduzida ao seu cargo sendo recebida com festa por toda a comunidade escolar e por companheiros do Comando de Luta. Uma memorável vitória da categoria! Um exemplo de que vale a pena lutar pela possibilidade de futuro melhor e uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Processada por questionar

Professora Rosângela foi convocada a prestar esclarecimentos a justiça por entrevista feita a Fonte Tv no dia 19 de agosto. Ela questionava os gastos da SME e reiterava o pedido de auditoria.

Assédio moral:

Professor Renato Coelho e funcionários do educandário Rainha da Paz sofreram assédio por parte do grupo diretivo da escola e da Unidade Jarbas Jaime durante a greve. Repetição de comportamentos inadequados dentro do local de trabalho, abusos verbais, atitudes autoritárias e desumanas, têm ferido a dignidade e provocado o constrangimento e isolamento dos profissionais da escola.

AS DENÚNCIAS

A greve levou o Comando de Luta a protocolar várias ações nos órgãos: TCM, MPE, MPF, Câmara Municipal, denunciando as suspeitas de mau uso das verbas públicas destinadas à Educação no município de Goiânia.

As denúncias foram fundamentadas em processos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que apontam conduta antieconômica, superfaturamento e contratos sem licitação realizados pela SME entre os anos de 2005-2010, bem como em notas fiscais de materiais e equipamentos enviados às instituições adquiridos por preços abusivos e também constatados através dos serviços e construções executados nas instituições com valores muito acima do custo real.

Também causou indignação a destinação dos recursos da Educação na compra de móveis e equipamentos de utilidade questionável em quantidades desnecessárias em detrimento das reais necessidades das instituições.

Vale lembrar que todos os órgãos que tem a obrigação legal de fiscalizar a aplicação destes recursos, até o momento não apuraram as denúncias apresentadas, inclusive o Conselho Fiscal do FUNDEB, primeira instância de controle social da destinação da referida verba.

Na Câmara Municipal, sob os gntos de "Fora Márcia", foi apresentado o requerimento do pedido de auditoria nas contas da educação, porém durante a votação da mesma no plenário houve empate e o então Presidente da Câmara, candidato

SUPERFATURAMENTO NAS COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GOIÂNIA
AUDITORIA JÁ!

VOCE PAGARÁ R\$7

OPORTUNIDADE PARA SEU BOLSISTA

A GREVE CONTINUA!

O Comando de Greve divulgou estas informações em rádios locais bem como repassou as cópias desses processos para a grande imprensa local, que jamais publicou os fatos. Mesmo com a resistência dos órgãos oficiais da imprensa em divulgar a verdade a sociedade está sendo informada através de milhares de panfletos distribuídos em terminais de ônibus, feiras livres, escolas, universidades, praças, etc, além das faixas utilizadas nas manifestações.

As denúncias também foram apresentadas ao Prefeito na presença da Secretária Municipal de Educação e outros membros da Comissão Executiva de Negociação em reunião no Paço Municipal no dia 31/7/2010. De posse da cópia dos processos do TCM o Prefeito, visivelmente nervoso, pediu à presidente do Sintego que "formalizasse a denúncia", e claro, ela ignorou tal pedido. A Secretária, constrangida, tentou justificar dizendo que existe uma comissão de licitação que avalia e aprova todos os gastos.

Estas denúncias, assim como as outras reivindicações geraram perseguições aos trabalhadores, mas apesar das ameaças e perseguições, a categoria precisa ampliar cada vez mais a consciência política e crítica na defesa intransigente dos seus direitos e dos educandos, se recusando a ser omissa ou conivente com os desmandos do poder público, especialmente no que se refere à corrupção.

Panfleto feito pelo Comando de Greve

a deputado e responsável pelo voto minerva, votou contra, alegando que seria "chicote político" por se tratar de período eleitoral. Mas é importante ressaltar que mesmo após as eleições nada foi investigado, apesar dos indícios claros de improbidade administrativa.

**ANEXO II
(DOCUMENTOS)**



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Educação

AOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Após análise da pauta de reivindicação, apresentada pelos representantes movimento de paralisação dos trabalhadores em educação, ao Prefeito Paulo Garcia e sua equipe, com a participação de vereadores, Ministério Público e conselho municipal de educação, a Prefeitura apresenta as seguintes considerações e propostas:

1) **Piso Salarial:** a Prefeitura de Goiânia paga cerca de 7,3% acima do previsto na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e mantém integralmente a carreira do magistério. **A Prefeitura irá pagar o PISO SALARIAL de acordo com o índice de reajuste do MEC para 2014 e os anos seguintes.**

2) **Auxílio Locomoção:**

a) Reafirma a necessidade da aprovação do Projeto de Lei em tramitação na Câmara

b) O valor do Auxílio Locomoção será reajustado na mesma data e percentual do Piso Salarial Nacional do Magistério Público. Excepcionalmente, em janeiro de 2014 e 2015, o reajuste será de 26,5% **em cada um destes anos.**

c) O Auxílio Locomoção será estendido a todos os Professores da RME, inclusive aos temporários, e será **pago também no** período de recesso escolar.

d) **Será feito estudo com prazo máximo de 15 dias, a partir da data deste acordo, sobre o recebimento do auxílio locomoção para os funcionários TAE.**

3) **Gratificação de Regência de Classe:**

Rua 226 com 236, Qd.69, Lt.3-E nº794 - Setor Leste Universitário, CEP:74.610-130 - Goiânia-GO.

C:\Users\alves\Documents\TAE\TAE\TAE-2014.doc

Marcio



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Educação

10
a) Tal como está previsto na Lei Complementar nº 091/2000, continuará sendo paga aos Profissionais do Magistério em efetivo exercício da docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

b) A referida gratificação será incorporada no momento da aposentadoria, desde que sejam recolhidas as contribuições conforme legislação previdenciária.

4) Adicional de Titularidade:

a) A prefeitura se compromete a analisar todos os processos protocolados relativos à Titularidade, Titulação e Adicional de Incentivo à Profissionalização no prazo máximo de 90 dias. E, se deferido, iniciar o pagamento imediatamente.

b) O pagamento das diferenças dos benefícios (retroativos) já concedidos serão efetuados no período de janeiro a março de 2014.

5) Reformulação do Estatuto dos Servidores do Magistério: será assegurada a representação dos trabalhadores em educação nas discussões de reformulação do Estatuto do magistério. Três deles serão os eleitos em Assembléia do movimento de greve.

6) Auxiliar de Atividades Educativas:

a) Será constituída comissão, com participação de três representantes do movimento dos profissionais da educação eleitos em Assembléia do movimento de greve, das representações sindicais e do Ministério Público, Comissão de Educação da Câmara, para avaliar as condições jurídicas quanto a possibilidade do **Auxiliar de Atividades Educativas** ser enquadrado, com o cargo de PE-I, no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério ou apresentar alternativas para a valorização do cargo, no prazo máximo de 90 dias;

Rua 226 com 236, Qd.69, Lt.3-E nº794 - Setor Leste Universitário, CEP:74.610-130 - Goiânia-GO.

C:\Users\desing\l\Desktop\Informações e Esclarecimentos final.doc

Marcio

792
[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Educação

R
b) Será autorizada, a partir de novembro de 2013, a realização de dobra ou substituição, na função de regência, para o Auxiliar de Atividades Educativas, em conformidade com a legislação vigente.

8) Adicional de insalubridade: será garantido o adicional de insalubridade aos servidores administrativos que preencherem os requisitos estabelecidos pelas normatizações do Ministério do Trabalho e Emprego. Tal verificação será feita pelo Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, em conformidade com o Ministério Público e Ministério do Trabalho. O prazo para esta verificação será de 60 dias.

9) **Readaptados de Função:** está assegurada a todos os trabalhadores da Educação (Administrativos TAE e professores), inclusive aos readaptados de função, a participação em cursos de formação e aperfeiçoamento oferecidos pela SME.

10) **Progressão Horizontal dos Servidores Administrativos da Educação:** será enviado imediatamente Projeto de Lei à Câmara Municipal com a seguinte redação: "O servidor, ao completar 3 anos na referência em que se encontra posicionado e obter a progressão horizontal prevista no art. 14 da Lei nº 9.128/2011, passará a ter as progressões horizontais seguintes a cada 2 anos."

11) **Substituição em caso de licença médica:** será encaminhado imediatamente Projeto de Lei à Câmara Municipal alterando a Lei nº 9.128/2011 para permitir que o Trabalhador Administrativo da Secretaria Municipal de Educação tenha direito à substituição a partir do primeiro dia de licença médica.

12) **Projetos Pedagógicos:** será realizada consulta às Instituições Educacionais para que os Profissionais da Educação apresentem sugestões sobre o desenvolvimento

Rua 226 com 236, Qd.69, Lt.3-E nº794 - Setor Leste Universitário, CEP:74.610-130 - Goiânia-GO

C:\Users\almeida\Desktop\Informações e Esclarecimentos- final.doc

Marcio



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Educação

dos projetos pedagógicos, estudos e discussões sobre as diretrizes, rescrita do Ciclo e reformulação do EAJA da RME. Será garantida a ampla participação dos profissionais de educação.

13) Atendimento da Política Nacional da Educação Especial: serão seguidos todos os pressupostos da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse sentido, será assegurado a todo educando com deficiência (física, mental e intelectual) que necessita de apoio nas atividades educacionais o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, caso seja necessário, um cuidador para o auxílio na alimentação, locomoção e higiene do educando.

14) Turmas de Educação Infantil na pré-escola: serão seguidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que diz respeito ao quantitativo de crianças nas escolas que possuam turmas de pré-escola.

15) Planejamento Semanal: para o cumprimento do previsto do § 2º do art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que determina as 800 horas distribuídas em, no mínimo, 200 dias letivos, de efetivo trabalho escolar será observado a Resolução - CME nº 047/2006 que normatiza que o planejamento pedagógico, sobretudo o coletivo, poderá ser considerado efetivo trabalho escolar desde que, não implique a dispensa do educando. A Prefeitura de Goiânia se compromete a analisar como é feito o Planejamento Semanal em outros municípios para ver a possibilidade de implementação no município de Goiânia.

16) Infraestrutura:

a) Estão formadas equipes de emergência e de manutenção preventiva para o atendimento da estrutura física nas instituições educacionais da RME

Rua 226, com 236, Qd.69, Lt.3-E nº794 - Setor Leste Universitário, CEP:74.610-130 - Goiânia, GO

C:\Users\dms\Documents\Instituições e Esclarecimentos-finais.doc

Marcio

(Handwritten signatures)

PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Educação

b) Serão construídas quadras poliesportivas cobertas em todas as Escolas que possuírem área física para tal. Nos últimos três anos foram construídas 22 quadras de esportes cobertas, outras 13 estão em construção com recursos do tesouro municipal e mais 6 quadras estão autorizadas pelo FNDE/MEC para que sua construção ocorra com recursos federais.

c) Apresentar e executar programa de substituição das estruturas de placa de concreto de todos os CMEIS e escolas da RME de Goiânia com levantamento das instituições, previsão de orçamento e cronograma de obras.


17) IMAS: o Instituto não será privatizado, bem como estão sendo feitos investimentos na sua reestruturação para melhor atender aos servidores públicos municipais, tais como o credenciamento de mais 1106 profissionais de saúde de seis categorias para compor a sua rede de assistência a partir de janeiro de 2014.

A Prefeitura reafirma o compromisso de, encerrada a paralisação, retirada da Ação Civil Pública n. 345395-62.2013.8.09.0000(2013393453953), bem como não promover o corte de ponto, corte de dobra para quem tem, desde que haja reposição das aulas, garantindo autonomia das unidades escolares, sob fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Ministério Público.

Goiânia, 18 de outubro de 2013


NEYDE APARECIDA DA SILVA

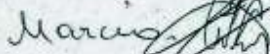
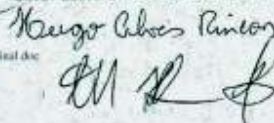
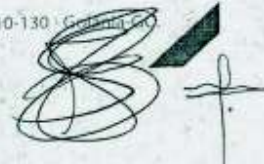
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO


PAULO DE SIQUEIRA GARCIA

PREFEITO DE GOIÂNIA

Rua 226 com 236, Od.69, Lt.3-E nº794 - Setor Leste Universitário, CEP-74.610-130 - Goiânia, GO

C:\Users\adm\Desktop\trabalhos\trabalho\trabalho-final.doc


Marcio
Hugo Alves Pereira



Centro de Apoio Operacional da Educação

**ATA DE REUNIÃO PARA NEGOCIAÇÕES RELATIVAS À GREVE DOS
SERVIDORES DA EDUCAÇÃO 2014**

Aos 02 dias do mês de JULHO de 2014, às 15h e 30 min., na sede do Ministério Público de Goiás, sala T-15, presentes o titular da 88ª PJ de Goiânia, Vinicius Jacarandá, a coordenadora do CAO Educação, Simone Disconsi, representantes do Sindicato Municipal dos Servidores da Educação, representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura de Goiânia, foi iniciada reunião para dar continuidade às tratativas relativas à greve dos servidores da educação no município de Goiânia em 2014.

Inicialmente, o promotor abordou dois pontos importantes na fase atual dos acontecimentos: o encaminhamento dos projetos de lei recentes e a necessidade de instituição da comissão para discussão e providências relativas à carreira dos servidores da educação do município, que já ficou acordada entre as partes. Nesses termos, especificou que seriam três servidores integrantes, um representando cada categoria, cada um com um suplente à disposição.

Informou que foi pedido ao Dr. Anderson (SME) um levantamento sobre o pagamento dos processos de titularidade pendentes de pagamento pela prefeitura, com um cronograma para o adimplemento dos autos em andamento.

O Professor Hugo argumentou que poderiam ser mais de três integrantes representantes dos servidores na comissão, contudo o promotor discordou, respondendo que os trabalhos, como solicitação de pareceres técnicos, ficariam prejudicados com a ampliação dos participantes, haja vista a possibilidade de demasiada difusão dos interesses. Assim, a sugestão para a composição ficaria:

> três representantes dos servidores, um de cada categoria (administrativos, professores e auxiliares de atividades educativas), a serem indicados pelo SIMSED;

> um representante de cada sindicato (SINDIGOIÂNIA E SINTEGO);

> três representantes da prefeitura do município.

*seria nomeado, após as devidas discussões, um titular, mais um suplente, dois no caso de representantes não vinculados aos sindicatos, com possibilidade de participação de assessoria jurídica.



Centro de Apoio Operacional da Educação - MPEGO
Rua 23 conj. c Av. B. GM. A. 124, sala 114
Jardim Goiás, Goiânia-GO, CEP 74815-100
Fone: (62) 3243-8029-8075-8511-8596-8547 (fax)



Centro de Apoio Operacional da Educação

Ato contínuo, o promotor solicitou o prazo de uma semana para a instituição da comissão, sendo que as partes concordaram, desde que houvesse as devidas indicações dos nomes, conforme observou a Professora Neyde.

Em relação ao prazo para o pagamento dos processos de titularidade, solicitado pelo Professor Hugo, os integrantes da SME alegaram que não seria possível delimitar um prazo hábil para conclusão dos trabalhos. Nessa linha, restou acordado que, caso a categoria apresentasse uma lista com os trâmites considerados urgentes, os processos seriam concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, conforme afirmação da Secretária Municipal de Educação.

O Dr. Anderson, em continuidade, afirmou o seguinte em relação aos processos: ano passado havia um volume considerável de processos, os quais foram compulsados e pagos em sua maioria. Em relação aos processos protocolados no ano de 2014, o impeditivo seria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou os gastos da Prefeitura no primeiro semestre. Os integrantes do SIMSED, nesse ponto, solicitaram a estipulação de um prazo para a conclusão de tais processos. Os integrantes da SME defenderam que tais processos fossem analisados pela comissão a ser instituída. As discussões prolongaram-se nesse sentido: os servidores solicitaram o prazo até novembro para conclusão dos processos e os representantes da prefeitura posicionaram-se para que os processos fossem discutidos na comissão.

O promotor, por sua vez, sugeriu que a comissão estabelecesse critérios para a conclusão dos processos, com o prazo máximo estipulado de até 90 dias. As situações pontuais deveriam ser resolvidas por procuradores jurídicos perante a justiça. Nessa linha, a prefeitura poderia lavrar lista com os passivos a serem pagos em cada mês. A comissão faria, assim, um levantamento dos processos a serem analisados.

Por fim, em relação ao ponto de discussão dos processos de titularidade, restou acordado que, a partir de novembro, caso não haja nova restrição da Lei de Responsabilidade Fiscal e as condições financeiras e orçamentárias permitirem, a prefeitura fará o calendário de escalonamento dos processos pendentes e dará início aos pagamentos naquele mês, em primeiro lugar aqueles remanescentes dos compromissos assumidos no ano passado, facultando à comissão o encaminhamento da listagem dos servidores que ainda



Centro de Apoio Operacional da Educação - MPE/GO
Rua 23 - conj. c - Av. J. T. Costa, Lts. 1-24, sala 7-14
Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74809-100
Fone: (62) 3243-8029-8075-8511-8596-8247 (fax)



estiverem inseridos nessas condições. Ficará a cargo da comissão permanente de negociação a ser instalada o acompanhamento dessas deliberações e do calendário de pagamento.

Adicionando, a comissão encaminhará a lista dos servidores, a ser analisada pela prefeitura em 30 (trinta) dias.

Em relação à data-base anual, a ser paga em novembro, os servidores solicitaram informações em relação ao retroativo ao mês de maio. O promotor propôs o seguinte: o retroativo seria pago mediante calendário de escalonamento perante a comissão.

O promotor propôs que, no decreto de instituição da comissão permanente, seja especificado que esta terá atribuições para discutir planos de carreira de modo geral e também condições financeiras do município de prover ganhos reais aos servidores, para além dos pagamentos retroativos devidos.

Em continuidade, a discussão quanto à redução da periodicidade da progressão vertical e a recente diminuição da gratificação dos secretários gerais das unidades escolares em relação aos diretores serão objeto de discussão e deliberação pela comissão permanente a ser instalada.

Os vencimentos abaixo do salário mínimo, pagos a parte dos servidores administrativos, também serão objeto de análise imediata da mencionada comissão, conforme sugestão da coordenadora do CAO Educação.

Em relação à gratificação dos auxiliares de atividades educativas, o município se propõe a concedê-la aos ocupantes do cargo a partir da modificação das condições financeiras e fiscais. A concessão, bem como o início do pagamento, serão objeto de deliberação da comissão permanente a ser instalada. Nesse ponto, não houve possibilidade de deliberação de data, haja vista recente recomendação pelo MPGO e pelo Tribunal de Contas para a organização das contas da prefeitura e os enquadramentos relacionados à LRF.

Quanto à diferença do piso nacional do magistério, seria rito similar ao aplicável aos processos de titularidade: caso não haja nova restrição da Lei de Responsabilidade Fiscal e as condições financeiras e orçamentárias permitirem, a prefeitura fará o calendário de escalonamento dos pagamentos retroativos pendentes, facultando à comissão o encaminhamento da listagem dos servidores que ainda estiverem inseridos nessas condições.





Centro de Apoio Operacional da Educação

Por último, em relação ao corte dos pontos do movimento grevista, o município manteve a postura inicial adotada. As faltas relativas ao mês de maio, com a devida reposição, serão incluídas nos holerites. O mês de junho será pago integralmente, com a condição do cumprimento da decisão judicial expedida, com o retorno dos servidores aos postos de trabalho e estabelecimento de calendário de reposição.

Adentrando no mérito da questão, os integrantes da prefeitura fizeram a seguinte proposta: caso haja retorno das aulas e compromisso de reposição acompanhado pela SME e pelo MPMGO, os dias de maio cortados serão pagos na folha do mês julho. A decisão de aceite do movimento grevista deverá ser efetuada antes do fechamento da folha no dia 10/07/2014, observa a Secretária Municipal de Educação.

O promotor propôs, dentro do tema, o seguinte: a SME fará análise da possibilidade para elaboração de folha suplementar para os servidores administrativos que tiveram os pontos de maio cortados no mês de junho, a ser encaminhada à 88ª Promotoria de Justiça.

A procuradora do SIMSED, por sua vez, fez a seguinte observação: a reposição das aulas deve ser pautada no bom senso, haja vista não haver especificação legal para o tema. A flexibilização é admissível, desde que não haja abusos por parte dos gestores das unidades escolares.

A reposição das aulas será acompanhada em processo administrativo a ser instaurado no Centro de Apoio Operacional da Educação do MPMGO.

Os representantes do SIMSED levarão as deliberações desta reunião à assembleia da categoria, a ser realizada no dia 04/07/2014.

Nesses termos, encerrou-se a reunião.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos participantes acima identificados, constantes na lista anexada.

Antônio Gonçalves Rocha Júnior
Devato Seg. D. Rosilva
Dairane Ribeiro Andrade
Luiz Carlos de Almeida
Luiz Carlos de Almeida

Centro de Apoio Operacional da Educação - MPMGO
 Rua 25 de Maio nº 70, B. (Ol. A), Lda. 124, sdo T-14
 Jardim Goiás, Goiânia GO, CEP 74815-100
 Fone: (62) 3243-8020-8072-8511-8590-8347 (fax)



PR
DE

Atos Administrativos
Processos Administrativos
Especialidades
Especialidade: Poder Judiciário

Seção de Protocolo

201500290368



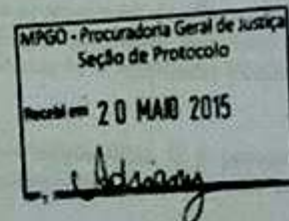
20/05/2015 16:41

Secretaria do Prefeito
Chefe de Gabinete

Goiania, 20 de maio de 2015.

OFÍCIO: OF N° 0343 / 2015

Ilma. Sra.
SIMONE DISCONSI DE SÁ CAMPOS
Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Educação
Ministério Público do Estado de Goiás



Assunto: Propostas Comando de Greve / Reunião Ministério Público

Senhora Promotora,

Ao cumprimentá-la, em conformidade à reunião realizada na data de hoje, aos 20 dias do mês de maio de 2015, às 10 horas, na sala S-16 da sede do Ministério Público do Estado de Goiás, conforme a Ata de Reunião (cópia anexa), reafirmamos as seguintes propostas:

- 1) Pagamento da Progressão Horizontal dos Trabalhadores Administrativos da Educação em junho de 2015;
- 2) Pagamento do Adicional de Titularidade dos Profissionais de Educação e do Adicional de Incentivo à Profissionalização e do Adicional de Titulação e Aperfeiçoamento dos Trabalhadores Administrativos da Educação, a partir de setembro de 2015, por ordem prioritária de deferimento (parecer) dos processos, de acordo com a cota mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- 3) Apresentação de proposta de emenda no projeto de lei em tramitação na Câmara para concessão de Adicional de Incentivo Funcional na razão de 30% (trinta por cento) para os Auxiliares de Atividades Educativas (efetivos), sendo 7,5% (sete vírgula cinco por cento) em setembro/2015, 7,5% (sete vírgula cinco por cento) em dezembro/2015 e 15% (quinze por cento) em janeiro de 2016;
- 4) Realização de concurso público ainda este ano para provimento de cargos de Trabalhadores Administrativos Educacionais em substituição dos cargos temporários;

Palácio das Comarcas Vereador de Freitas Borges (Piso Municipal)
Av. do Corado, s. 999 - Park Lomas - Goiânia - GO CEP 74.884-900



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

Gabinete do Prefeito
Chefe de Gabinete

- 5) Dar continuidade a comissão instituída após a última greve para levantamento de dados, impactos financeiros referentes aos pagamentos retroativos e resolução de problemas pontuais em relação aos processos, etc;
- 6) Em relação à reposição, elaboração de calendários de acordo com o itinerário de paralisação de cada unidade escolar, com possibilidade de reposição pelos profissionais de educação em outras unidades que não sejam a da lotação, mediante análise e aprovação por parte do Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Ministério Público, utilizando-se sempre do bom senso;
- 7) Acerca do corte de ponto dos servidores da Educação, será elaborado folha de pagamento complementar referente as faltas lançadas, sendo que o pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) dias após o efetivo fim da paralisação;
- 8) Transacionar sobre os processos judiciais relativos às greves de 2014 e 2015, com possibilidade de desistência dos respectivos litígios.

Ressaltamos que as propostas supracitadas somente serão validadas sob condição do término da greve dos servidores da Educação ainda esta semana.

Lembramos que a Administração Municipal já havia atendido as seguintes reivindicações:

- 1) Reajuste da data-base de 2015, de 8,17%, (oito vírgula dezessete por cento) já aprovado na Câmara e sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, através da Lei 9.546, de 14 de abril de 2015;
- 2) Pagamento do reajuste de 13,01% (treze vírgula zero um por cento) dos vencimentos dos Professores na folha de pagamento do mês de janeiro/2015, referente ao piso nacional, conforme Lei nº 9.528, de 29 de janeiro de 2015;
- 3) O reajuste dos vencimentos básicos dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Goiânia, previstos na Lei nº 7.997, de 20 de junho de 2000, será concedido conforme os mesmos índices e na mesma data estabelecidos anualmente pelo Ministério da Educação, nos termos definidos pela Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (Lei nº 9.528/2015);
- 4) Incorporação da gratificação de regência ao vencimento dos professores, para fins de aposentadoria, percebida de forma ininterrupta por 05 (cinco) anos, conforme Lei Complementar nº 274, de 10 de abril de 2015;

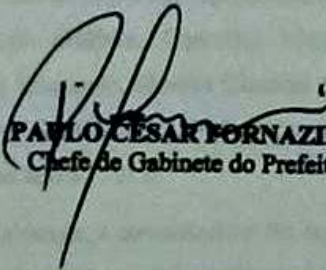


**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

**Gabinete do Prefeito
Chefe de Gabinete**

- 5) Foi iniciado o pagamento dos benefícios de estabilidade econômica dos servidores da educação a partir do mês de abril/2015;
- 6) A manutenção do percentual de 10% (dez por cento) para o quinquênio;

Destarte, nos colocamos a inteira disposição para esclarecimentos e informações adicionais.


PAULO CÉSAR FORNAZIER
Chefe de Gabinete do Prefeito